

## Sociologias econômicas no espaço<sup>1</sup>

### Economic sociologies in space

Jamie Peck  
University of British Columbia

#### Resumo

Como a geografia econômica pode se (re)posicionar dentro do campo interdisciplinar da economia heterodoxa? Refletindo sobre essa questão, este artigo oferece uma avaliação crítica da "Nova Sociologia Econômica", defendendo a necessidade de ir além dos limites do paradigma de redes e enraizamento. Mais especificamente, argumenta em favor de uma conversa mais ampla e propositiva com várias correntes da sociologia macroeconômica e social-construtivista, o que, por sua vez, exige uma crítica embasada das relações e análises de mercado e uma atitude mais militante em relação às ortodoxias econômicas. A promessa de tal conversa, estrategicamente focada na simultaneidade da constituição social e geográfica das relações econômicas, é o fortalecimento da geografia econômica por meio de uma voz mais persuasiva no campo dos estudos econômicos heterodoxos.

**Palavras-chave:** sociologia econômica, geografia econômica, mercados, enraizamento, construção social, variedades do capitalismo

#### Abstract

How might economic geography (re)position itself within the interdisciplinary field of heterodox economics? Reflecting on this question, this article offers a critical assessment of the "New Economic Sociology," making the case for moving beyond the limited confines of the networks-and-embeddedness paradigm. More specifically, it argues for a more broadly based and purposive conversation with various currents within social-constructivist and macroeconomic sociology, which, in turn, calls for a more full-blooded critique of market relations and analytics and a more militant attitude toward economic orthodoxies. The promise of such a conversation, strategically focused on the simultaneously social and geographic constitution of economic relations, is an emboldened economic geography with a more persuasive voice in the field of heterodox economic studies.

**Keywords:** economic sociology, economic geography, markets, rootedness, social construction, varieties of capitalism

---

<sup>1</sup> Traduzido por Daniel Sanfelici, do original: Peck, J. (2005). Economic Sociologies in Space. *Economic Geography*, 81(2), 129–175. <https://doi.org/10.1111/j.1944-8287.2005.tb00263.x>  
Copyright © Clark University, reprinted by permission of Taylor & Francis Ltd, <https://www.tandfonline.com> on behalf of Clark University.

**Introdução**

Muito do que torna a geografia econômica dinâmica e criativa como subdisciplina também a faz parecer inconstante, uma espécie de coletora aleatória e, às vezes, incoerente coletivamente. Os compromissos teóricos costumam ter vida relativamente curta, as convenções metodológicas dominantes são raramente codificadas e a "leitura do entorno" extradisciplinar é uma prática normal. No entanto, o lado positivo é que esses também são marcadores de um campo de pesquisa vibrante, indisciplinado e policêntrico, no qual nenhuma pretensa ortodoxia permanece incontestada por muito tempo. Hoje, a geografia econômica é mais heterodoxa e pluralista do que nunca, suas práticas e posições abrangem a ciência espacial e a teoria não-representacional, o neomarxismo e a nova economia geográfica, a modelagem e a etnografia, o feminismo e o pós-estruturalismo, e praticamente tudo o que existe entre eles. Ainda há quem lamente o fim de formas mais "centradas" de geografia econômica, em que a economia neoclássica/ciência regional e depois a economia política/reestruturação industrial dominaram a subdisciplina de formas que hoje parecem impensáveis, mas na esteira das mudanças culturais, relacionais e institucionais da geografia econômica durante a década de 1990, houve a aceitação cada vez mais ampla dos méritos de uma cultura intelectual mais descentralizada e heterodoxa. As chamadas novas geografias econômicas são pluralizadas por razões que vão além da mera apresentação. Elas se associaram a um tipo de programa de pesquisa pós-programático, no qual o engajamento ativo em várias frentes teóricas, metodológicas e substanciais é valorizado. Com as devidas ressalvas, este artigo se beneficiou das discussões durante a reunião intitulada "A Economia Geográfica encontra a Sociologia Econômica" da Associação de Geógrafos Americanos na Filadélfia, que contou com a participação de John Allen, Ash Amin, David Angel, Trevor Barnes, Fred Block, Neil Brenner, Gernot Grabher, Martin Hess, Ray Hudson, Bob Jessop, Greta Krippner, Wendy Larner, Roger Lee, Andy Leyshon, Linda McDowell, Phil O'Neill, César Rodríguez, Mike Savage, Andrew Sayer, Gay Seidman, Nik Theodore, Eric Sheppard, Adam Tickell, Matt Vidal, Josh Whitford, Erik Olin Wright, Neil Wrigley e Henry Yeung. Também sou grato a Brenda Parker por sua colaboração.

Com isso, há uma adoção explícita de concepções variegadas sobre "o econômico" e o caráter múltiplo das identidades e relações econômicas (consulte Lee e Wills 1997; Barnes 2001b; Sheppard, Barnes, Peck e Tickell 2003).

No entanto, há um desconforto aparentemente crescente em relação a algumas das possíveis desvantagens dessa descentralização autoadministrada da geografia econômica. Algumas das preocupações podem ser estratégicas, uma vez que, sendo apenas parte de uma disciplina relativamente pequena, a geografia econômica pode estar distribuindo seus recursos de forma excessivamente dispersa. Mas o mais grave é que a geografia econômica pode estar perdendo sua capacidade de falar por si mesma ou até mesmo sobre si mesma; pode estar se dividindo em nada mais do que a soma de suas partes cada vez mais diversas. Mais sério ainda, há quem tema que essas tendências centrífugas possam estar minando a integridade teórica e metodológica da geografia econômica, sua relevância social e política, seu espírito e propósito coletivos. Daí a recente preocupação com questões como as práticas metodológicas e conceituais predominantes da subdisciplina (Markusen, 1999); com sua relevância social e política (Martin 2001); com seu aparente distanciamento de algumas questões "gerais" da reestruturação político-econômica (Wills 2002); com seu anglo-centrismo (Olds 2001b); e, não menos importante, sua relação com a economia ortodoxa (Clark 1998; Martin 1999; Clark, Feldman e Gertler 2000; Amin e Thrift 2000; "Debating Economic Geography" 2001; Agnew 2002). Se a geografia econômica está tendo algum tipo de ataque de ansiedade, ou se está simplesmente passando por um de seus esporádicos - e muitas vezes saudáveis - episódios de autorreflexão crítica, certamente há muitas causas subjacentes, assim como há uma diversidade de sintomas. No entanto, está se tornando cada vez mais evidente que a natureza contestada do "econômico" na geografia econômica é um dos pontos críticos para diagnóstico no momento, principalmente porque abre o caminho para questões mais amplas relacionadas à teoria, ao método e à prática. Em outras palavras, o que significa o econômico na geografia econômica?

O desafio subjacente aqui foi colocado de forma mais incisiva por Amin e Thrift (2000, p. 5); ao perceberem uma espécie de mal-estar na subdisciplina, eles argumentaram que as tentativas de "reviver a geografia econômica como uma disciplina criativa, relevante e socialmente útil" dependerão fundamentalmente do "tipo de teoria econômica que é praticada". Contrários a uma reaproximação com a economia ortodoxa, Amin e Thrift defendiam o aproveitamento dos novos pontos fortes da geografia econômica na

"compreensão de sistemas abertos, apreciação do contexto e técnicas qualitativas", ao mesmo tempo em que desenvolviam um trabalho mais aprofundado sobre várias linhas do pensamento econômico heterodoxo, como a economia política evolucionária, a teoria organizacional, a economia feminista e a sociologia econômica.

Eles instigaram os geógrafos econômicos a

pensar seriamente sobre . . . com quem queremos jogar. Acharmos que estaríamos nos enganando se acreditássemos que podemos nos deitar com o leão [da economia ortodoxa] e nos tornarmos algo mais do que uma presa. Em vez disso, . . . nossos melhores amigos devem estar nas novas áreas de estudo econômico que estão florescendo e oferecendo um terreno genuíno para o tipo de contribuição que podemos fazer. Ao nos posicionarmos em nossos próprios termos, afastados da grande sombra da economia, poderemos atrair jovens pesquisadores para a geografia econômica, pois eles verão o lugar de uma forma diferente de teoria econômica em uma ciência social pós-disciplinar. (Amin e Thrift 2000, 8)

Embora aspectos do diagnóstico de Amin e Thrift (2000) tenham sido contestados ("Debating Economic Geography", 2001), a questão básica que eles colocaram é pertinente, oportuna e incômoda, mesmo que a resposta não possa ser construída em termos igualmente concisos. Para Barnes (2001a, p. 162), a resposta exige uma problematização completa da "teoria econômica", como é praticada dentro e fora dos departamentos de economia, juntamente com uma interpretação mais profunda das várias vertentes do que podemos chamar de teoria econômica *extraeconômica*, considerada por alguns como a "salvação" da subdisciplina."

Com a intenção de considerar seriamente a pergunta de Amin e Thrift (2000) e o conselho de Barnes (2001a), este artigo examina uma das vertentes mais importantes da teoria econômica heterodoxa - a sociologia econômica - e apresenta um comentário crítico sobre sua evolução recente e uma avaliação de seu potencial papel na geografia econômica (e vice-versa). O artigo examina o surgimento da "nova sociologia econômica" (NSE) a fim de apresentar um conjunto de questões sobre o desenvolvimento da teoria nas "novas geografias econômicas"; sobre o status metodológico da economia ortodoxa e o status conceitual e político do mercado; e sobre o escopo, os custos e os benefícios de diferentes formas de envolvimento interdisciplinar. Obviamente, essa escolha de enfoque não é aleatória, pois a sociologia econômica é, sem dúvida, um dos campos mais dinâmicos e influentes na vizinhança da geografia econômica. Os conceitos extraídos da sociologia econômica - principalmente no que se refere aos conceitos de "enraizamento" e "redes" -

agora estão amplamente difundidos na geografia econômica. De fato, se a nova geografia econômica pode reivindicar uma coerência paradigmática, em grande medida isso se deve à influência positiva da sociologia econômica. O entusiasmo compartilhado pelas formas de análise de redes, em particular, estabeleceu uma nova ponte entre as subdisciplinas.

Muitas das contribuições mais significativas da geografia econômica nos últimos anos se basearam explicitamente em uma parte ou outra da sociologia econômica<sup>2</sup>. Enquanto isso, as citações na geografia econômica do artigo pioneiro de Granovetter (1985) sobre a integração social das relações econômicas agora chegam às centenas. Taylor e Asheim (2001, 320) observaram que a estrutura de redes e enraizamento teve um "impacto profundo" na geografia econômica contemporânea (ver também Markusen 2002; Park 1996; Boggs e Rantisi 2003; Yeung 2000a, 2003). No entanto, os geógrafos econômicos só recentemente começaram a explorar os antecedentes teóricos do paradigma de rede. Quais teorias de ação social e estrutura são presumidas? Que papéis, se houver, o desenvolvimento desigual e a constituição escalar desempenham nas teorias de rede? Como as redes se articulam com os mercados e as hierarquias? Por que a análise por redes é tão atraente? Apesar da invocação generalizada do pensamento de rede na geografia, tem havido surpreendentemente poucas discussões sustentadas sobre a linhagem das teorias e métodos econômico-sociológicos ou sobre a constituição da NSE como um subcampo. Na verdade, alguns argumentaram que o envolvimento da geografia econômica com esses campos próximos e seus conceitos principais e tradições metodológicas associadas é muito superficial (Martin e Sunley 2001). A natureza inquietada e dinâmica da geografia econômica faz com que os antecedentes mais profundos das teorias "importadas" sejam explorados apenas de forma superficial. A subdisciplina possui um ceticismo mundano no que diz respeito aos conceitos e estruturas importados, o que representa um de seus trunfos mais evidentes. Mas uma das desvantagens é que esse ceticismo pode favorecer o modismo e a superficialidade, talvez até mesmo a relutância em manter compromissos teóricos ou metodológicos.

Embora as conexões estabelecidas recentemente entre a geografia econômica e a sociologia econômica tenham sido produtivas, esses dois campos estão apenas começando

---

<sup>2</sup> Entre um grande número de contribuições na última década, consulte especialmente Amin e Thrift (1992, 1995), Dicken e Thrift (1992), Grabher (1993), Saxenian (1994), Harrison (1997), Leyshon e Thrift (1997), McDowell (1997), Schoenberger (1997), Storper (1997), Cooke e Morgan (1998) e Gertler e Wolfe (2002).

a se conhecer. Além da atração inicial, ainda não se sabe se essa relação pode ou deve se transformar em algo significativo. Aqui, é importante entender que a sociologia econômica tem seus próprios problemas, de identidade organizacional, de coerência teórica e de integridade metodológica, e não menos importante é que a grande sombra da economia também recai sobre a sociologia econômica. Na verdade, esse relacionamento conturbado com a economia pode estar colocando em risco partes do próprio projeto, apesar de sua saúde aparentemente precária. Ainda que a maioria da NSE se defina por meio de suas diferenças com a economia neoclássica ortodoxa, essa postura distorceu e restringiu seu projeto teórico. Enquanto uma crítica de longo alcance à economia ortodoxa está, de certa forma, embutida no bolo da sociologia econômica, a NES, como projeto intelectual explícito, promoveu sua própria ortodoxia, cuja relação com a corrente econômica dominante parece cada vez mais uma coexistência construtiva, em vez de uma disputa deliberada. Já a economia ortodoxa permanece intransigentemente refratária à maioria das influências externas, com sua visão de mundo maquínica e com a preferência pelo raciocínio dedutivo e anticontextual, o que a diferencia de seus primos heterodoxos. Nesse contexto, é revelador observar que, em linhas gerais, os aspectos que a sociologia econômica compartilha com a geografia econômica - preferência por concepções socializadas e plurais do econômico; compromisso com a coleta de dados primários e teorização fundamentada; foco em economias "reais" e localizadas; ceticismo em relação à superioridade lógica e normativa dos mercados; e um saudável desrespeito às fronteiras disciplinares - também tendem a reforçar sua incompatibilidade conjunta com a economia ortodoxa.

Ainda que alguns geógrafos econômicos vejam nesse distanciamento compartilhado da economia convencional o potencial para uma união frutífera com a sociologia econômica, até agora os sociólogos econômicos têm sido receptivos às ideias advindas da geografia econômica apenas em princípio, não na prática. Embora o potencial de "especialização" da sociologia econômica seja enorme, com a notável exceção do trabalho de Saxenian (1994, 2001) sobre redes industriais, tem havido pouco envolvimento sério com as questões geográficas na sociologia econômica "dominante" nos Estados Unidos, que constitui o coração desse projeto revivalista (consulte Swedberg e Granovetter 2001; Swedberg 2004; cf. Triglia 2002). Essa situação coloca em evidência questões relacionadas a como, e com quais consequências, os geógrafos econômicos podem "atuar" em campos

interdisciplinares mais amplos e até que ponto isso pode ser feito, como Amin e Thrift (2000, p. 8) colocam, "em nossos próprios termos".

O argumento positivo deste artigo é que a geografia econômica tem muito a ganhar com um envolvimento mais profundo - e, ao mesmo tempo, mais crítico - com a sociologia econômica. Os dois subcampos compartilham muitas experiências, inclusive uma abordagem para teorizar e pesquisar "o econômico" que é, em sua maior parte, bastante distinta da economia ortodoxa. Ao contrário da tradição de modelagem limpa, abstrata e parcimoniosa da economia ortodoxa, a sociologia econômica e a geografia econômica têm as "mãos sujas". Cada um deles produz relatos empiricamente ricos de processos econômicos concretos e socialmente situados; cada um deles enfatiza a diversidade essencial dos fenômenos econômicos, favorecendo explicações ricas em contexto, nas quais a história é levada a sério; cada um deles atribui maior importância à plausibilidade e ao poder explicativo do que à elegância e ao poder preditivo; e cada um deles se esforça em explicar e, muitas vezes, melhorar os mundos econômicos confusos em que se encontram. Eles compartilham uma linguagem semelhante e, aparentemente, têm assuntos para conversar. Esse diálogo, argumenta-se aqui, deve ser abrangente. Muito embora seja um erro consumir-se programaticamente com as limitações e falhas da teoria econômica ortodoxa, há uma necessidade explícita de desafiar a divisão do trabalho acadêmico que concede autoridade em torno de questões relacionadas aos "fundamentos" econômicos (também conhecidos como "o mercado") à economia neoclássica, enquanto disciplinas como sociologia e geografia lidam apenas com formações supostamente divergentes, curiosidades locais e vários resquícios institucionais. Como David Stark (2000, p. 2) observou em relação ao projeto da sociologia econômica, "estaríamos perdendo tempo se deixássemos a análise dos mercados e das relações econômicas para os economistas e concentrássemos nossos esforços nas relações sociais nas quais eles estão inseridos". Talvez também seja hora de a geografia econômica se tornar mais "insistente", teoricamente falando, e criar novas alianças interdisciplinares em torno de tais objetivos.

Ao apresentar uma análise deliberadamente provocativa das conexões (reais e potenciais) entre a geografia econômica e a sociologia econômica, este artigo defende um envolvimento mais profundo, seletivo e proposital com as vertentes da sociologia econômica responsáveis pelas afirmações mais ousadas sobre "o econômico". Essencialmente, isso significa estender o diálogo para além dos limites da NSE e do seu paradigma de redes e

enraizamento, com base no fato de que a estratégia de coexistência intelectual com a economia ortodoxa tende a produzir leituras descontextualizadas e despolitizadas acerca do econômico. Essa estratégia está em desacordo com as práticas e posições predominantes na geografia econômica, dada a recente ênfase nas funções complexas e constitutivas do contexto espacial-institucional. A argumentação deste artigo sustenta que tais afirmações precisam ser levadas adiante e de forma mais agressiva, não como um ato de partidarismo disciplinar, mas para fazer uma contribuição mais produtiva à causa transdisciplinar da economia heterodoxa. As sociologias sobre as redes da NES têm um papel a desempenhar aqui; porém, há conexões mais construtivas a serem feitas com a sociologia macroeconômica e a economia política heterodoxa, nas quais o conceito de uma economia socialmente construída e variegada tem um valor real e para as quais a geografia econômica tem contribuições sérias, embora ainda não realizadas.

O artigo está dividido em duas partes. A Parte 1 apresenta um pensamento crítico sobre o desenvolvimento da NSE, com foco em suas origens, sua relação com a economia, sua autoconstituição como projeto, suas contribuições e seus limites. Aqui, o artigo desenvolve uma crítica um tanto simpática às sociologias em rede que estão no cerne da NSE. Essa crítica é sucedida, na Parte 2, por uma discussão sobre o escopo de um tipo diferente de diálogo entre a geografia econômica e a sociologia econômica, focado em questões sobrepostas que envolvem preocupações teóricas e o potencial de um engajamento mutuamente informativo. Argumenta-se que as tarefas da geografia econômica devem ir além da cartografia de redes para abranger questões relacionadas à constituição social, espacial e escalar dos sistemas econômicos, das identidades, dos processos e dos caminhos de desenvolvimento. Isso significa superar a convenção da NSE de visualizar as redes em um primeiro plano analítico, deixando em segundo plano apenas o "contexto" pouco teorizado e definido. Significa reconectar-se com algumas das preocupações de longa data da economia política - como o desenvolvimento desigual, as relações de poder, as desigualdades, o Estado e a exploração - uma vez que essas preocupações dão significado, forma e dinamismo ao "contexto" e permitem que o contexto desempenhe uma função constitutiva nos relatos econômico-geográficos, em vez de uma função meramente de apoio. Os geógrafos têm uma função positiva, embora desafiadora, a desempenhar no programa de pesquisa interdisciplinar que surge em torno de uma forma radicalmente diferente de análise econômica - enraizada nas tradições neopolanyianas e macrosociológicas e na concepção

de uma economia politicamente construída e institucionalmente variegada. Aqui, o desafio é fazer com que as ideias geográficas sejam importantes, e não esperar passivamente que elas sejam (re)descobertas. Portanto, a promessa de uma conversação mais abrangente com a sociologia econômica consiste em uma geografia econômica mais ousada e propositiva.

## **Parte 1: Não é a Economia...**

### **A Nova Sociologia Econômica**

O termo nova sociologia econômica foi cunhado por Mark Granovetter em 1985, no mesmo ano em que seu artigo seminal sobre o "problema do enraizamento" foi publicado no *American Journal of Sociology*. O trabalho de Granovetter se distinguiu pelo desafio retórico explícito que fez à divisão de trabalho aceita entre economia e sociologia. Desde Talcott Parsons, essa fronteira intelectual havia sido efetivamente institucionalizada. A sociologia parsoniana deixava a determinação das regras econômicas para os economistas, o que significava certa deferência à metodologia da economia neoclássica. Parsons (1935a, 1935b) insistiu em uma clara divisão de trabalho entre a economia e a sociologia, sendo a primeira responsável pelo trabalho abstrato sobre atores racionais em contextos de mercado e a segunda focada em normas culturais, valores sociais e instituições econômicas. Na época, Parsons criticava especialmente um dos possíveis aliados da sociologia econômica no exílio - a economia institucional - por seu desdém pela abstração analítica e sua visão excessivamente concreta da "realidade" econômica (Granovetter 1990; Velthuis 1999; Richter 2001). Na verdade, no meio século que se seguiu, tanto a economia institucional quanto a sociologia econômica perderiam importância, enquanto a economia - por ceder "ao mercado" - seguia seu curso independente.

Nesse contexto, Granovetter questionou o papel marginal atribuído à sociologia na análise econômica. Ele não se contentava em deixar as grandes questões da racionalidade econômica para os economistas, enquanto os sociólogos se ocupavam com as tarefas secundárias do estudo de ações ostensivamente irracionais, desvios culturais e instituições subótimas. Segundo o argumento, a NSE não mais coabitaria passivamente com a economia, mas procuraria contestar a economia. A tarefa da NSE era desafiar as reivindicações privilegiadas da economia ortodoxa, "elaborando o ponto de vista sociológico da forma mais vigorosa possível" (Swedberg e Granovetter, 1992, p. 7). Na prática, a mordida da NSE

acabaria sendo menor do que seu latido, mas pelo menos retoricamente, o projeto procuraria fazer oposição à economia (ortodoxa). E, a partir desse contraponto, o objetivo programático da NSE seria definido em torno de um conjunto variegado de preocupações aparentemente "extramercado": redes, instituições, organizações e cultura.

### **Quando os sociólogos atacam...**

Granovetter revisitou Polanyi para desenvolver um conjunto de argumentos sobre a inserção social da ação econômica. A insistência de Granovetter (1985, p. 504) em afirmar que o comportamento econômico está inescapavelmente "enraizado em redes de relações interpessoais" representou uma espécie de ruptura com o uso original do termo por Polanyi, que se referia à relação orgânica entre economia e sociedade em diferentes configurações históricas (ver Block 1991; Piore 1996; Swedberg 1997; Jessop 2002; Burawoy 2003; Krippner et al. 2004). De fato, novas construções teóricas estavam sendo desenvolvidas sob rótulos polanyianos vagamente definidos. De acordo com Granovetter (1990, p. 98, grifo do autor), "[por] enraizamento quero dizer que as ações, os resultados e as instituições econômicas são afetados pelas relações pessoais dos atores e pela estrutura da rede geral de relações". O contraste pertinente aqui é aquele do personagem essencialmente antissocial, o *homo economicus*: "O modelo do sujeito racional calculista é a pedra fundamental de toda a economia e, em sua forma mais restrita, o modelo neoclássico do agente economizador não envolve interação humana alguma" (Ingham 1996b, 246). Nesse sentido, o mercado é um domínio de ações transacionais instrumentais entre estranhos (Bourdieu, 2000). Em contrapartida, na NSE, a ação social está inserida em redes contínuas e múltiplas de relacionamentos interpessoais, não sendo realizada por atores atomizados e estritamente racionais. Isso equivale a uma forma de teoria socioeconômica em que o contexto (relacional) é importante, o que contrasta com o racionalismo universal pressuposto pela economia ortodoxa. Uma preocupação constante com as redes representa uma das linhas centrais da NSE enquanto projeto, senão sua característica determinante, embora muitas vezes não esteja claro se as redes representam um método, uma metáfora ou uma teoria microsociológica (veja Powell e Smith-Doerr 1994).

À noção revivida e reformulada de enraizamento, Granovetter (1985) agregou o segundo "conceito mestre" da NES – a concepção de economia socialmente construída. Essa noção refere-se ao processo pelo qual as instituições econômicas são produzidas, como elas

"fixam" padrões de comportamento sedimentados ou habituados, e como elessão normalizados (veja Swedberg 1997). Para Granovetter, as formas de rede geralmente representam proto-instituições, no sentido de que muitas delas se "congelarão" posteriormente em configurações mais estabilizadas e regularizadas com o passar do tempo. Essencialmente, é assim que elas se tornam instituições normativas. E, mais uma vez, a disjunção teórica com a economia ortodoxa é fundamental: em contraste com o jogo impessoal das forças de mercado, a NSE chama a atenção para os processos essencialmente sociais de criação de normas e de instituições, que, por sua vez, estão conectados de forma significativa à estruturação do comportamento "econômico" (consulte Swedberg e Granovetter, 2001). Essa linha de análise se conecta a uma das vertentes mais importantes da teoria econômico-sociológica contemporânea - a tradição institucionalista - que tem vínculos estreitos com a teoria da organização e a sociologia weberiana (consulte DiMaggio e Powell 1983; Powell e DiMaggio 1991). Essas conceitualizações básicas seriam desenvolvidas e refinadas à medida que o projeto da NSE se consolidava. A publicação, em 1994, do *The Handbook of Economic Sociology* (Manual de Sociologia Econômica), de Smelser e Swedberg (doravante aqui chamado apenas de Handbook), foi um momento importante, pois estabeleceu uma definição operacional da NES, em grande medida em relação à economia convencional; pesquisou o terreno; e, de forma modesta, estendeu a mão para a economia institucional, evolucionária e dos custos de transação<sup>3</sup>.

Smelser e Swedberg (1994, p. 3) descreveram o projeto da sociologia econômica como "a aplicação dos quadros de referência, variáveis e modelos explanatórios da sociologia ao complexo de atividades relacionadas à produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços escassos". Essa definição evidenciou uma reivindicação bastante explícita sobre o território da economia. Os sociólogos econômicos não iriam se contentar mais com as "sobras" da teorização dos economistas sobre o comportamento racional do mercado (ver Zafirovski, 1999), o que Williamson (1994) caracterizou como a "bobagem" residual dos fenômenos sociais e institucionais não sistemáticos. Dito isso, em um sentido mais do que trivial, a NSE estava se definindo através do espelho da economia, e pode ser que, nesse reflexo, ela tenha se mostrado mais coerente e diferenciada. As distinções são

---

<sup>3</sup>O *Handbook* contém capítulos escritos pelos principais colaboradores desses últimos campos: Geoffrey Hodgson, Richard Nelson e Oliver Williamson.

nítidas e, certamente, muitas das características que definem a sociologia econômica são antônimos daquelas da economia ortodoxa: o desenvolvimento de teorias indutivas e fundamentadas é privilegiado em relação à construção de modelos dedutivos e axiomáticos; os grupos sociais múltiplos, em vez de indivíduos estritamente racionais, tendem a ser os objetos de análise; a contingência e a especificidade são levadas a sério; observa-se ceticismo em relação às leis econômicas "universais", enquanto a economia ortodoxa privilegia formas abstratas de raciocínio sincrônico; o corpo e o sangue da vida econômica recebem mais atenção do que os ossos expostos das relações mecanicistas; e assim por diante.

As seguintes distinções críticas se destacam nesse contexto. Primeiro, enquanto a microeconomia ortodoxa pressupõe a ação racional de indivíduos estilizados e maximizadores de utilidade, a sociologia econômica considera a racionalidade como uma variável, uma das muitas formas de ação "econômica" (ou, mais precisamente, ação social na economia). Da mesma forma, a abstração *homo economicus*, que Parsons elogiava invejosamente, é rejeitada em favor de uma concepção mais rica e complexa do indivíduo socialmente construído, cujas ações são profundamente moldadas por normas culturais, relações de grupo e o legado de interações passadas. Em segundo lugar, a concepção sociológica das relações econômicas também dá mais ênfase ao papel do poder como um fato da vida econômica. Embora a extensão da "importância do poder" varie muito nas explicações econômico-sociológicas, no mínimo, o poder representa uma preocupação analítica legítima. Em terceiro lugar, o quadro de referência da sociologia econômica é mais amplo: em contraste com o campo de visão restrito da economia convencional, que se concentra estritamente nas relações de mercado enquanto "congela" um contexto social mais amplo (ou, com mais frequência, visualiza as relações sociais mais abrangentes também pela ótica do mercado), a sociologia econômica procura localizar explicitamente as relações "econômicas" no âmbito de um conjunto maior de parâmetros políticos, culturais e legais, sendo que esses últimos desempenham um papel analítico ativo. Ao trazer esse contexto socioinstitucional para a vida, em termos explanatórios, os sociólogos podem mostrar como o "núcleo" racional das transações de mercado não é uma esfera separada e superordenada, mas é, ele próprio, socialmente estruturado e constituído. "Por exemplo, a suposição de longa data de que a análise econômica lida com transações pacíficas e legais e não lida com a força e a fraude envolve algumas pressuposições importantes sobre a legitimidade e a estabilidade do estado e do sistema legal" (Smelser e Swedberg 1994, 7). Em quarto lugar, as formas

convencionais de análise econômica (particularmente abstratas, expressas em princípios formais e matemáticos e organizadas em torno da manipulação controlada de suposições, a priori em busca de conclusões com força preditiva) são rejeitadas em favor de abordagens que geralmente são mais interpretativas, descritivas, concretamente empíricas e (às vezes) mais qualitativas.

Os sociólogos econômicos buscam desenvolver explicações post factum dos fenômenos e comportamentos econômicos, situados em seu contexto histórico e (mais implicitamente) geográfico, em contraste com as formas sincrônicas de raciocínio e as afirmações universalistas da economia ortodoxa (ver Piore, 1996). E enquanto os economistas analisam (artificialmente) a economia como um sistema fechado, os sociólogos econômicos aceitam sua abertura radical.

De acordo com Guillén, Collins, England e Meyer (2002), a sociologia econômica é substancialmente definida por suas tentativas de evitar três armadilhas da análise econômica convencional. A primeira é a separação falaciosa entre o econômico e o social. Embora essa separação possa facilitar o emprego de técnicas formais de raciocínio, ela o faz às custas de uma compreensão fundamentada, contextualizada e integral dos processos econômicos. Os sociólogos econômicos afirmam que todas as formas de comportamento econômico (inclusive os de "mercado") são socialmente construídas, socialmente fundamentadas e socialmente viabilizadas.

O privilégio analítico do mercado, aliado ao reducionismo implícito nas pressuposições do comportamento economicamente racional e do conhecimento perfeito, significa que a economia ortodoxa tem uma concepção enviesada do econômico, descartando as relações sociais e institucionais como fontes marginais de "interferência" no que, de outra forma, seriam mercados que funcionariam sem problemas, ordenados e em equilíbrio. Por sua vez, os sociólogos econômicos insistem em ampliar o campo tangível na análise das relações econômicas, não apenas para produzir argumentos mais complexos e circunstanciais, mas como um meio de expor e investigar os motivos fundamentais e as "regras básicas" do comportamento econômico, muitos dos quais podem ser atribuídos aos modos de conduta institucionalmente regularizados e às normas sociais e legais constitutivas. Em outras palavras, as ações do mercado são constituídas e moldadas pelas relações sociais, normas institucionais e redes interpessoais nas quais estão inseridas - que, entre outras coisas, fornecem a base da "confiança" e do entendimento mútuo que, em última

análise, torna muitos mercados viáveis e sustentáveis. As relações sociais, nesse sentido, existem antes do fato dos mercados; elas não apenas perturbam a operação *ex post facto*. Essa perspectiva representa uma inversão da afirmativa vívida, mas historicamente incorreta, de Williamson (1975, 20) de que "no início havia mercados". Um dos tropos centrais da sociologia econômica é o insight polanyiano de que os mercados são criados; eles não surgem espontaneamente de um imperativo instintivo para intercambiar, permutar e negociar (ver Block, 1991; Fligstein, 2001). Nesse sentido, os sociólogos econômicos olham para a extremidade oposta do telescópio dos economistas ortodoxos - a perspectiva abrangente dos primeiros localiza as relações de mercado no amplo terreno das relações sociais, enquanto a perspectiva microscópica dos últimos se concentra nas características mais evidentes dos mercados, desfocando o contexto social. Embora Polanyi fosse frustrantemente inconsistente nesse ponto, uma de suas proposições básicas era a de que nenhum mercado funciona em um ambiente livre de contexto, que todos os mercados estão inseridos em relações e instituições sociais (Barber 1977; Geertz 1963; Lie 1991).

A segunda falácia econômica dominante à qual a sociologia econômica reage é a tendência em reduzir o comportamento de tomada de decisão à elaboração de um cálculo racional que maximiza o utilitarismo, moldado por preferências determinadas de forma exógena. Já os sociólogos econômicos insistem que "as preferências e ações [são] fundamentalmente conectadas e afetadas por vieses cognitivos, poderes limitados de raciocínio, sentimentos não conscientes e ambivalentes, expectativas de função, normas e estruturas culturais, esquemas, classificações e mitos", cujas consequências cumulativas são as "forças sociais que afetam o raciocínio de maneiras que desafiam uma suposição de racionalidade estrita" (Guillén, Collins, England e Meyer 2002, 7). No contexto dessa visão mais socializada, o *Homo economicus* exibe características de uma "mônada egoísta e imprudente" (Frank 1996, 117), cujas ações pavlovianas têm pouca semelhança com o comportamento humano "normal", mesmo nos mercados. É importante reconhecer que existe, no entanto, uma vertente de escolha racional na sociologia econômica contemporânea (veja Coleman 1990, 1994), embora alguns a considerem antitética como um projeto sociológico (veja Hirsch, Michaels e Friedman 1987; Zafirovski 1999). Em geral, os sociólogos não se sentem à vontade com concepções atomistas de ação individual, assim como há resistência a qualquer privilégio das relações de mercado hobbesianas. Não obstante, a presença de estímulos à escolha racional na NSE ressalta o fato de a relação com

---

a prática econômica ortodoxa ser, em alguns aspectos, menos antagônica do que a retórica sugere. Para grande parte da NSE, as práticas e posições econômicas ortodoxas representam mais um contraponto do que um adversário.

O terceiro ponto de diferença é a rejeição qualificada da sociologia econômica ao individualismo metodológico. Embora grande parte da NSE, incluindo o trabalho de Granovetter, tenha raízes microssociológicas, há uma aceitação generalizada sobre a visão de que as explicações dos fenômenos econômicos construídas pela "agregação" de comportamentos individuais são, no mínimo, problemáticas, quando não fundamentalmente falhas. Os sociólogos econômicos geralmente invocam uma série de fatores estruturais, ou pelo menos mediadores, ao discutir a relação entre as ações individuais e os resultados "agregados" ou no nível do sistema, dando mais atenção às relações de classe, raça e gênero (Guillén, Collins, England e Meyer, 2002). Nem mesmo os comportamentos instrumentalistas são livres de contexto. O interesse próprio é normalmente definido, insistem os sociólogos econômicos, dentro dos parâmetros de contextos mais amplos de ação social, enquanto relações de confiança, cooperação, poder e conformidade agem para criar uma barreira entre a ação individual e a configuração geral das redes sociais nas quais estão enraizadas (Granovetter, 2002). O ceticismo em relação ao individualismo metodológico leva os sociólogos econômicos a serem mais cuidadosos ao teorizar as conexões entre a ação econômica em diferentes escalas ou em diferentes níveis de abstração, mas não há consenso sobre a importância do contexto. Embora as concepções de redes e enraizamento invoquem essas relações contextuais de forma estilizada e inespecífica, os sociólogos econômicos percebem que a ambiguidade aqui pode ser necessária, uma vez que as explicações adequadas precisam ser específicas para cada situação. Em outras palavras, como o contexto é importante, é, em si, contextual. "Embora o conceito de integração sirva para compreender as falhas sociológicas da economia neoclássica padrão", Brian Uzzi (1996, p. 674) comenta que "ele não explica concretamente como os laços sociais afetam os resultados econômicos."

Embora haja tentativas contínuas de sistematizar e "limpar" a explicação sociológica, uma de suas características definidoras continua sendo um nível (talvez necessário) de complexidade e indeterminação. As abordagens dominantes para a construção de teorias são certamente diferentes:

Ao menos em suas variantes micro neoclássicas, a economia se baseia em um modelo altamente simplificado de ação individual (escolha racional) e em um mecanismo simples (equilíbrio de mercado) para agregar ações individuais e gerar repercussões no nível do sistema. A maior parte da sociologia usa modelos complicados de comportamento individual (incluindo os efeitos dos valores, experiência anterior, compromissos, localização em redes sociais e contexto) e mecanismos complicados para agregar interesses e ações. (Baron e Hannan 1994, 1114).

Contudo, ainda que a sociologia econômica tenha definido substancialmente seu projeto em relação ao da economia ortodoxa, ela não assumiu, de forma automática, posições diametralmente opostas em todas as questões. Em vez disso, um ceticismo generalizado em relação às formas convencionais de raciocínio econômico, aliado a um crescente desconforto com as reivindicações imperialistas que a economia ortodoxa tem feito sobre as instituições, ajudou a sociologia econômica a construir um sentido para si mesma. Um fato expositivo importante é que as posições alternativas que a sociologia econômica estabeleceu nunca serão tão singulares e coerentes quanto as definidas pela teoria econômica neoclássica. A sociologia econômica não se dá ao luxo dessas formas absolutistas, reducionistas e essencialistas de construção de teorias, que tanto contribuem para a força estética das comprovações em quadros negros e a elegância austera do raciocínio econômico. Enquanto os economistas têm seus "modelos limpos", os sociólogos econômicos parecem destinados a ter sempre "mãos sujas" (Hirsch, Michaels e Friedman 1987; Smelser e Swedberg 1994).

### **Teoria suja?**

Entretanto, sob a superfície do consenso teórico-metodológico frouxamente construído da sociologia econômica, encontra-se um conjunto muito mais profundo de ambiguidades, tensões e contradições. A sociologia econômica trabalha com uma persistente crise de identidade teórica, refletindo o fato de que "não tem uma tradição dominante" (Smelser e Swedberg 1994, 4; ver também Swedberg 1991). Ela tem entre seus fundadores Weber, Durkheim, Polanyi, Parsons, Schumpeter e Marx. Não será surpresa para ninguém que as tensões, inconsistências e contradições entre essas tradições teóricas tenham sido impossíveis de conciliar dentro da NSE. A exploração das correntes teóricas feita por Smelser e Swedberg (1994, p. 18) levou-os a concluir que esse é um campo de pesquisa "fundamentalmente eclético e pluralista": embora "a influência de Weber e Parsons possa ser vista", Polanyi representa pouco mais do que uma "presença", enquanto Marx,

Schumpeter e, em menor grau, Durkheim ficam em segundo plano. É importante ressaltar que o relato de Granovetter (1990, p. 94) sobre esse movimento intelectual não faz referência a Polanyi (embora, no lugar dele, haja uma discussão estilizada sobre enraizamento), enquanto o trabalho sociológico realizado em uma "chave marxista" (como a sociologia industrial, antes e depois de Braverman) é caracterizado como efetivamente fora do projeto da NSE. A recente visão geral de Swedberg (2004, 4) sobre o projeto, embora tenha subestimado radicalmente a natureza heterodoxa do campo de forma mais geral, concluiu que "a sociologia econômica é atualmente caracterizada por várias abordagens teóricas [mas] falta um núcleo teórico firme". Mesmo que em termos teóricos isso possa parecer um 'pig's breakfast'<sup>4</sup> [uma confusão], na prática o ecletismo tem estrutura: o centro de gravidade do projeto da NSE é melhor caracterizado como neweuberiano. Crítico em relação à negligência dos fatores estruturais, Bourdieu (2000, p. 39) descreveu a NSE como uma "reapropriação de Polanyi e Weber na sociologia dos EUA juntamente com o desenvolvimento de análises de 'rede' destinadas a se afastar de uma concepção atomizada dos agentes econômicos."

O economista heterodoxo Michael Piore (1996, p. 742), de quem se poderia esperar simpatia pelo projeto de sociologia econômica, criticou duramente o Handbook de Smelser e Swedberg (1994) por causa de sua inconsistência e incoerência:

A economia, independentemente de suas outras características, tem coerência intelectual. Nesse contexto, a sociologia econômica aparece completamente eclética, uma enorme miscelânea de ideias e percepções, existentes em todos os tipos de níveis diferentes de abstração, possivelmente em contradição entre si, talvez apenas incomensuráveis, sem uma teoria ou estrutura básica para classificá-las, ordená-las ou servir de guia para a pesquisa. Em face dessa anarquia intelectual - o termo mais generoso é catolicismo -, a estrutura existente deve vir, por força, da economia definida em sentido estrito. Isso faz com que a sociologia econômica pareça ser em grande parte derivada da economia, e grande parte dela é simplista ou conflituosa.

---

4 A primeira evidência no Oxford English Dictionary sobre a expressão 'café da manhã de porco' data de 1933, nos escritos de Leopold Acland. A expressão é relacionada a algo que é um fracasso, normalmente resultante de incompetência, um estado de desordem completa.

É claro que os sociólogos econômicos não estão nem um pouco alheios a essas dificuldades. Smelser e Swedberg (1994, p. 20) observaram a tendência do campo de se "dispersar", vendo como solução para esse problema esforços combinados para "aprimorar o foco teórico da sociologia econômica e trabalhar para obter interpretações sintéticas de suas descobertas". Essa visão tende a produzir um anseio por integridade metodológica e síntese teórica - que são, é claro, pontos fortes estratégicos evidentes da economia ortodoxa, apesar de todas as suas limitações. Em termos substantivos, a busca por um foco rigoroso e distinto leva a uma "tendência a ver os padrões de rede como um motivo organizador distinto da vida econômica" (Powell e Smith-Doerr, 1994, p. 369). No entanto, pode haver aqui um eco perverso da prática econômica ortodoxa, cujos modelos imaculados e o essencialismo do mercado ajudam a criar o mesmo mundo regularizado que eles procuram "explicar" (consulte Callon 1998; Mirowski 2002). Talvez a NSE corra um risco paralelo de essencialismo de rede?

Granovetter (2002, p. 36) e outros estudiosos continuam a busca por uma "teoria unificada" da sociologia econômica, mas há uma inquietação em outros setores sobre se o projeto deveria, ou mesmo poderia, definir-se dessa forma. Conforme editorializado por Randall Collins (s.d., 3), "não há perspectiva, em um futuro próximo, de fechamento teórico na sociologia econômica em torno de um grande modelo sintético". Essas questões incômodas, mas fundamentais, continuam a perseguir o campo da sociologia econômica, contribuindo para uma sensação de insegurança teórica contínua. Elas também podem explicar a aparente preocupação da NSE em recontar sua própria história (veja, especialmente, Swedberg 1990, 1997, 2004; Biggart 2002; Swedberg, Himmelstrand e Brulin 1987; Guillén, Collins, England e Meyer 2002), que pode ser lida como uma série de tentativas de fixar discursivamente a essência do subcampo, seu propósito comum e seus limites<sup>5</sup>. No entanto, apesar de todos esses esforços, o projeto intelectual da NSE existe em

---

<sup>5</sup> Não menos importantes nesse sentido foram as tentativas paralelas de institucionalizar o projeto da sociologia econômica, principalmente nos Estados Unidos, por meio de iniciativas como a criação de uma Seção de Sociologia Econômica da American Sociological Association no ano 2000 e as atividades de organizações explicitamente heterodoxas como a Society for the Advancement of Socioeconomics, fundada em 1989. A classificação dos programas de pós-graduação do *U.S. News and World Report* agora inclui uma seção dedicada à sociologia econômica.

uma relação estranhamente simbiótica com a economia convencional, continuando a reagir aos preceitos econômicos ortodoxos, em vez de transcendê-los ou adotar um ponto de partida totalmente independente. O projeto foi definido e moldado por suas antipatias em relação à prática econômica convencional, mas isso também significa, ironicamente, que a sombra da economia continua a pairar sobre grande parte desse trabalho. Porém, como a economia reagiu?

### **O imperador não tem ouvidos**

Um importante precursor do surgimento da NSE foi o despertar do interesse pelas instituições econômicas dentro da economia convencional. A partir da década de 1970, mas ganhando força na década de 1980, os economistas neoclássicos passaram a se preocupar cada vez mais com as aplicações do raciocínio econômico convencional em esferas aparentemente "não econômicas" da vida social, como religião, criminalidade e casamento. Muitos atribuíram o surgimento desse movimento ao audacioso tratado de Gary Becker (1976), *The Economic Approach to Human Behavior* (A abordagem econômica do comportamento humano), no qual Becker afirmava que "a abordagem econômica é abrangente e aplicável a todo comportamento humano que pode ser visto como o envolvimento de participantes que maximizam sua utilidade a partir de um conjunto estável de preferências e acumulam uma quantidade ideal de informações" (p. 14), e sua defesa de uma estrutura que se basearia diretamente nas "premissas combinadas de comportamento maximizador, equilíbrio de mercado e preferências estáveis, usadas de forma implacável e inabalável" (p. 5). Esse trabalho marcou efetivamente o fim do "acordo de cavalheiros" firmado por Talcott Parsons e Lionel Robbins na década de 1930, que demarcou o território da economia em termos de escolhas racionais de meios a serviço de determinados (e estreitamente definidos) fins e o da sociologia em termos de explicações institucionais e culturais desses fins (Ingram 1996b; Velthuis 1999; Hodgson s.d.). O comportamento da economia contemporânea tem sido imperialista no sentido de que tem representado uma forma de colonização intelectual: não houve praticamente nenhuma tentativa em responder ou aprender com as outras culturas intelectuais encontradas (consulte Michie, Oughton e Wilkinson 2002). A "economia", como foi imodestamente afirmado, "realmente constitui a gramática universal da ciência social" (Hirshleifer 1985, 53).

Esse comportamento pouco cavalheiresco de alguns economistas e o "excesso de confiança territorial" que ele refletia certamente ajudaram a galvanizar o renascimento da sociologia econômica (Smelser e Swedberg 1994, 18). A noção de que a existência de instituições pode ser atribuída à necessidade de encontrar soluções "eficientes" para os problemas do mercado foi uma das questões que levou Granovetter (1985) a reivindicar o espaço para relatos mais sociológicos da produção institucional. No entanto, embora a retórica da NSE possa ter sido contenciosa, sua prática tem sido mais conciliatória. A "sociologia das redes", em particular, parece ter sido baseada em uma acomodação reformulada com a economia ortodoxa. Geralmente de orientação microssociológica, a NSE às vezes se vê em uma espécie de relação complementar (se não elogiosa) e reformista com a economia. Como observou Granovetter (1990, p. 95):

Muitos desses analistas [de redes sociais] têm inclinação para a matemática e, portanto, não se assustam com as técnicas da microeconomia; e como a análise de redes considera geralmente o indivíduo como unidade fundamental de análise, ela é metodologicamente mais individualista do que algumas outras tradições sociológicas. Mas a concepção subjacente dos argumentos de rede se presta a uma crítica fundamental da concepção atomizada de ação da teoria neoclássica. Assim, esse grupo, próximo o suficiente para apreciar os argumentos econômicos, mas diferente o suficiente para oferecer uma crítica básica, tem estado em uma posição estruturalmente estratégica... A teoria neoclássica tem falhas que uma perspectiva sociológica pode destacar e ajudar a remediar. As brilhantes conquistas dos argumentos neoclássicos em iluminar a busca eficiente de preferências bem definidas devem ser acompanhadas por uma apreciação da extensão em que essa busca está entrelaçada com objetivos não econômicos e profundamente incorporada em estruturas de interação social que se estendem ao passado e ao espaço.

Granovetter (1990, 98, 106) expressou o desejo de uma teoria econômica ortodoxa "fortalecida", em vez de uma teoria subvertida, sublinhando que "compartilho com seus proponentes a busca positivista por explicações gerais e universais". Falando em nome do projeto como um todo, Smelser e Swedberg (1994, 20) esperavam, de forma otimista, que a zona definida por "instituições econômicas" pudesse ser uma zona de engajamento interdisciplinar, ecoando Parsons em seu desejo de ver as disciplinas "cooperando e coexistindo". Ainda que possa ter havido coexistência, houve pouquíssima cooperação, uma vez que a economia convencional permaneceu em grande parte alheia às observações sociológicas. Estudos sobre citações revelaram que o tráfego tem sido, em grande parte, em

uma única direção, com os sociólogos econômicos se envolvendo seletivamente com a literatura econômica, enquanto os economistas tradicionais têm permanecido, em grande parte, em seu próprio mundo (Baron e Hannan, 1994; Davern e Eitzen, 1995; cf. Swedberg, 1990; Krippner et al., 2004). Talvez seja o caso de que, como Keen (2003, p. 74) observou de forma cáustica, "os economistas não têm ouvidos". Embora setores da NSE tenham procurado iniciar um diálogo reformista com a economia, a influência sobre a prática econômica ortodoxa tem sido insignificante. Como Ingham (1996b, p. 244) argumentou em sua avaliação dos dois campos, "economistas e sociólogos ignoram em grande parte o trabalho e a herança intelectual um do outro e, apesar das invasões significativas de cada lado no território do outro, os núcleos das duas disciplinas provavelmente estão se distanciando cada vez mais."

É importante reconhecer que a economia neoclássica não é um empreendimento singular (Tabb, 1999; Mayhew, s.d.), mas, pelo menos em comparação com a maioria das visões de mundo alternativas que ela confronta, ela valoriza muito a integridade e a coerência. Um efeito colateral dessa busca por coerência essencializada é que as formas alternativas de ler o mundo econômico são normalmente consideradas, em comparação, como descentralizadas, desorganizadas, indisciplinadas, confusas, ad hoc e oportunistas. A sociologia econômica compartilha essa desvantagem tática, cujos programas de pesquisa variados e preocupações temáticas desconectadas "têm sobreposição ou semelhança familiar suficientes para serem agrupados [embora] suas vertentes componentes variem bastante em sua militância em relação à economia neoclássica e em seu esforço para substituí-la por um novo paradigma" (Collins n.d., 1). Ironicamente, talvez, dado seu lugar na vanguarda da Nova Sociologia Econômica (NES), a sociologia de redes apresenta uma das atitudes menos militantes em relação ao mainstream econômico.

### **Sociólogos em rede**

Um dos principais objetivos da sociologia das redes tem sido o de insistir na existência e, em seguida, documentar os efeitos da "combinação de propósitos econômicos e sociais que motivam as pessoas enquanto estão envolvidas na produção, no consumo e na distribuição" (Granovetter 2002, 37). Essa perspectiva microssociológica é geralmente complementada por um conjunto de perguntas sobre a natureza dos vários contextos que moldam o comportamento "econômico". Se as estruturas de ação não podem ser reduzidas

aos resultados agregados de ações individuais, como sugere a crítica do individualismo metodológico, então "o problema de como surgem os contextos da ação permanece sem solução" (Granovetter 2002, 38; veja também Uzzi 1996). E a questão não só está em aberto, como também está consideravelmente longe do alcance da teoria econômica convencional, cujos postulados centrais presumem o congelamento profundo de tais fatores contextuais.

Uma vez descongelados, segundo o argumento econômico-sociológico, esses fatores contextuais se fundem às relações aparentemente "econômicas" de uma forma que impossibilita separar as motivações racionais-instrumentalistas daquelas relacionadas, por exemplo, à sociabilidade ou à confiança. Nesse contexto, Granovetter (2002) fez uma distinção reveladora entre relações sociais "horizontais" e "verticais", sendo que as primeiras são, em grande parte, não hierárquicas e dizem respeito a questões como confiança, cooperação e solidariedade, enquanto as segundas estão associadas às questões hierárquicas, como poder, dominação e conformidade. Ele também admitiu que a NSE, na prática, tem se preocupado com as relações horizontais ou não hierárquicas, embora, em princípio (será que isso precisa ser dito?), as relações verticais ou de poder não sejam menos significativas na formação do comportamento socioeconômico e das instituições econômicas. No entanto, a inclinação horizontal de grande parte da NSE não é acidental, já que reflete uma tendência bastante sistemática contra os princípios subjacentes da economia política e de grande parte da sociologia macroeconômica.

Randall Collins (1995, p. 302) caracterizou de forma incisiva o Handbook de Smelser e Swedberg (1994) como um "triunfo da sociologia de rede", enquanto Samuel Bowles (1995, p. 306) contrapôs a sua dívida com a economia de custos de transação Williamsoniana a uma aparente indiferença à questão da classe - "outrora o princípio organizador de grande parte do trabalho sobre economia e sociedade", a classe e a análise de classe se tornaram "praticamente ausentes". Viviana Zelizer (2002, p. 109) fez uma observação paralela sobre as relações de gênero, que, quando aparecem na NSE, tendem a ser lidas pelas lentes das relações em rede: "O resultado é tratar o gênero como mais um atributo dos atores econômicos individuais que tomam decisões, em vez de um princípio organizador da vida econômica." Na sociologia de redes, essas redes se tornam condensadas (relativamente concretizadas) tanto no que diz respeito aos agentes sociais quanto em relação às estruturas sociais: os agentes sociais agem no contexto das relações em rede, e essas mesmas relações medeiam - embora de forma deslocada e silenciosa - as forças estruturais

(veja Alexander 1992; Emirbayer e Goodwin 1994). Em outras palavras, a sociologia de redes tem sua própria maneira de congelar as relações contextuais, mesmo quando insiste em descongelá-las, mais do que a economia ortodoxa.

A formulação original de Granovetter (1985) acerca do argumento sobre redes e enraizamento buscava trilhar um novo caminho entre as concepções "super socializadas" da ação humana, que reduzem o indivíduo a um portador de relações sociais profundamente internalizadas, e o ator "sub socializado" que é o homo economicus, um indivíduo atomizado que foi despojado de todos os motivos, exceto o interesse próprio utilitário. De fato, ele argumentou que a atomização é uma consequência tanto das concepções sub socializadas quanto das supersocializadas da ação humana: cada uma delas interpreta a ação em termos relativamente mecanicistas (por exemplo, por meio da redução ao autointeresse instrumental ou do recurso a identidades sociais relativamente fixas), enquanto nenhuma delas leva muito em conta as "relações sociais contínuas" ou o "contexto social imediato" (Granovetter, 1985, p. 485, grifo nosso). Na concepção granovetteriana, as redes são necessariamente fluidas e tornam-se portadoras indiretas das relações sociais, e são elas que se convertem no ponto focal da análise, e não as grandes estruturas (por exemplo, o patriarcado) que estão por trás delas. Embora Granovetter não tenha negado a importância causal dessas estruturas sociais mais profundas, ele declarou que estava mais preocupado com os mecanismos intermediários do processo de incorporação social e suas fontes "próximas" de causalidades associadas:

Pouco tenho a dizer sobre as circunstâncias históricas ou macroestruturais mais amplas que levaram os sistemas a apresentar suas características socioestruturais, portanto não pretendo que esta análise responda questões de grande escala sobre a natureza da sociedade moderna ou sobre as fontes de mudanças econômicas ou políticas. Mas o foco nas causas imediatas é intencional, porque essas questões mais amplas não podem ser abordadas de forma satisfatória sem uma compreensão mais minuciosa dos mecanismos pelos quais as mudanças radicais produzem seus efeitos. (Granovetter 1985, 506-7)

Após ter percorrido esse caminho intermediário entre concepções de ação social sub e supersocializadas e ter se concentrado em entendimentos de nível médio sobre a estrutura do mercado, é notável que grande parte do diálogo subsequente na NSE tenha sido unidirecional – um diálogo com a economia sobre como incorporar o homo economicus, como torná-lo um indivíduo socialmente mais hábil. Essa visão ficou evidente na

preocupação inicial de Granovetter (1985, 507, grifo do autor) com a "estrutura social no mercado" e, no contexto da agenda de pesquisa teórica subsequente, com "como o cenário social mais amplo determina os parâmetros dentro dos quais o interesse é definido" (Granovetter 2002, 38; ver também Beckert 1996). Essa abordagem descongela parte, mas não o todo, do contexto social, e o resultado é correspondentemente "lamacento". No diálogo econocêntrico de grande parte da sociologia econômica dominante, o escopo para o engajamento construtivo com as teorias de escolha racional é invariavelmente deixado em aberto (ver Granovetter 1985, 2002; Fligstein e Mara-Drita 1996). Dentro dessa concepção, o homo economicus tem mais vida social, mas certamente não foi condenado à morte no altar da teoria feminista ou da análise de classe.

### **Além das redes**

Em sua observação sobre o campo da sociologia econômica, Zelizer (2002) identificou três categorias de trabalho: em primeiro lugar, há a extensão das formas padrão ou modificadas de análise econômica para questões que se tornaram marginais na economia convencional, como o comportamento das famílias; em segundo lugar, há as várias explorações dos contextos da ação econômica, que, em sua maior parte, são vistas como enraizadas em redes interpessoais, estruturas organizacionais ou formas diferenciadas de mercado; e, em terceiro lugar, há um grupo eclético de explicações alternativas de atividades e estruturas econômicas que, por definição, são incompatíveis com os princípios econômicos neoclássicos e variam muito em termos de contexto e fundamentos teóricos. Cada uma dessas categorias pode ser considerada sendo de 'um, dois e três passos' de distância da economia ortodoxa. Zelizer (2002, p. 107) observou que as "duas primeiras abordagens, extensão e contexto, predominaram" na NSE. Em sua maior parte, o campo tem estado a um ou dois passos da ortodoxia econômica, e grande parte dele segue nessa direção. O foco tem sido as redes sociais relativamente plásticas que estão localizadas dentro e ao redor do mercado e são passíveis de análise concreta. Como afirmou Granovetter (1985, p. 487):

Os atores não se comportam como átomos fora de um contexto social, nem aderem servilmente a um roteiro escrito para eles pela interseção particular de categorias sociais que por acaso ocupam. Em vez disso, suas tentativas de ação proposital estão enraizadas em sistemas concretos e contínuos de relações sociais. [Essa] visão de enraizamento altera nossa abordagem teórica e empírica para o estudo do comportamento econômico.

O capitalismo e o patriarcado, como sistemas sociais historicamente construídos e geograficamente diferenciados, em grande parte ficam em segundo plano nesse tipo de análise e, de fato, em grande parte da NSE. Em vez disso, o foco é resolutamente colocado no meio-termo das redes e contingências, com o objetivo de "produzir um argumento teórico [que seja] consistente com o alto nível de contingência que opera na construção real das instituições econômicas, mas sem deslizar pela ladeira escorregadia do historicismo" (Granovetter, 1990, p. 107). Em vez disso, Granovetter se viu em outra ladeira escorregadia - dessa vez em direção a um novo tipo de apaziguamento parsoniano. Bernard Barber (1995, pp. 406-407) argumentou que Granovetter "não demonstra compreensão da importância dos sistemas sociais mais amplos, nos quais todas as economias estão localizadas. Para onde foram as estruturas sociais de parentesco, estratificação, idade, gênero, economia, política, organizações, educação e comunicações?" Essas estruturas sociais costumam ser reduzidas à noção próxima e super concretizada de redes (Emirbayer e Goodwin, 1994; Ingham, 1996a), que, por sua vez, estão relacionadas apenas contingencialmente a resultados concretos, assim como estão apenas vagamente conectadas a forças macroestruturais. Conforme admitiu Granovetter (1990, p. 106), esse tipo de análise pode ser "frustrante porque depende muito de contingências", e o desejo de evitar qualquer senso de determinação histórica ou estrutural expõe a NSE ao risco do voluntarismo teórico. Embora grande parte da retórica da NSE se concentre nos supostos erros da economia ortodoxa, talvez mais revelador seja o silêncio sobre o marxismo, com o qual há um não-envolvimento deliberado. O Handbook (Smelser e Swedberg, 1994) é de fato indiferente tanto às teorias da regulação quanto à sociologia marxiana (Ingham, 1996a), enquanto as preocupações substantivas de classe e desigualdade têm pouco lugar no projeto mais amplo da NSE, como Swedberg (2004) prontamente admitiu. De acordo com Bowles (1995, pp. 306-307), "a nova sociologia econômica tem uma visão mais horizontal: a classe foi substituída por redes, ecologia organizacional, reciprocidade, especificidade de ativos e outros conceitos mais benignos". E, como observou Arrighi (2001, 108), essa visão está ligada às inclinações microsociológicas do projeto:

Como ele mesmo admite, o que torna a Nova Sociologia Econômica "nova" em relação à antiga é sua ênfase em "redes" e "enraizamento". A tese de que os mercados estão enraizados em redes sociais tem sido a

principal arma na crítica à crença dos economistas em mercados autorreguláveis. Menos reconhecida, porém mais fundamental, é a outra diferença: a abordagem nitidamente "micro", "social-interacionista" da Nova Sociologia Econômica em comparação com a abordagem nitidamente "macro", "social-sistêmica" da antiga sociologia econômica. Com exceções, as redes investigadas vinculam indivíduos ou pequenos grupos durante períodos relativamente curtos. De qualquer forma, qualquer investigação de "grandes estruturas" e "grandes processos" está quase que completamente fora do domínio da Nova Sociologia Econômica, assim como qualquer coisa que se assemelhe à abordagem de longa duração de Braudel.

Se a Nova Sociologia Econômica (NSE) está fundamentalmente preocupada com a contextualização do comportamento econômico, então, em sua forma granovetteriana, isso significa que o contexto das redes próximas é relativamente superficial. E, da forma como são invocadas aqui, as redes tendem a "flutuar", metaforicamente falando, entre a ação individual voluntarista e as estruturas sociais relativamente duradouras, que normalmente são investigadas em contextos "localizados". Da mesma forma, a maneira pela qual as instituições são conceituadas em grande parte deste trabalho, certamente em sua vertente granovetteriana, reflete fortemente essa orientação geral - como configurações de laços de rede ou como redes congeladas (Krippner, 2001).

Embora o nome de Polanyi seja frequentemente invocado nesse contexto, os procedimentos analíticos da sociologia econômica dominante não se encaixam muito bem no projeto de Polanyi (veja Krippner et al. 2004). A abordagem de Polanyi não se limitou à configuração intramercado das relações institucionais, mas partiu da concepção dos mercados como construções políticas, exigindo uma intervenção significativa e contínua do Estado (ver Polanyi 1944; Block 1991, 1994, 2003; Jessop 2002).

Além disso, Polanyi considerava as concepções estilizadas dos efeitos institucionais como inerentemente suspeitas, defendendo, em vez disso, a análise histórica cuidadosa das instituições em sua complexidade concreta: "Vamos tomar cuidado com as generalizações abstratas nas coisas econômicas que tendem a obscurecer e simplificar demais as complexidades das situações reais, pois essas realidades são nossa única preocupação. Nossa tarefa é despojá-las de generalidades e compreendê-las em seu aspecto concreto" (Polanyi, 1977; citado em Krippner, 2001, p. 780). Embora Granovetter (2002, p. 54) tenha declarado sua intenção em se afastar do "enfoque apenas da mecânica das redes", sua adesão a uma concepção mais abstrata e sintética de sociologia relacional parece ignorar

as advertências de Polanyi. Ao contrário, Granovetter (2002, p. 54, grifo do autor) afirmou que sua abordagem é "compatível com as preocupações centrais de qualquer análise institucional", apesar da análise institucional holística proposta por Polanyi necessitar de uma reconceituação muito mais completa do econômico (consulte Block e Somers, 1984). Por outro lado, o projeto de Granovetter está sendo (re)definido como um trabalho de unificação sintética, baseado em uma forma de coexistência teórica com a economia ortodoxa:

Se a vantagem comparativa da análise relacional é imprescindível para compreender a confiança, a solidariedade, a cooperação, o poder, a dominação, a conformidade, as normas e a identidade, tampouco significa que devemos abandonar a análise refinada de como os indivíduos buscam incentivos em espaços sociais bem definidos. Esse conjunto de argumentos, buscado durante gerações por ... muitos dos melhores e mais brilhantes cientistas sociais, alcançou um alto nível de refinamento. A agenda mais desafiadora para uma ciência social unificada é integrar essas análises com os argumentos contextualmente mais complexos da sociologia estrutural. Trata-se de um caso bastante especial em que o contexto fica parado e é dissociado da ação racional em um espaço social claramente identificado, mas esse caso especial tem comandado a grande maioria dos recursos intelectuais investidos na compreensão da economia. O desafio ... é construir uma teoria para o caso mais geral em que contextos, estruturas e ações individuais interagem e mudam juntos. (Granovetter 2002, 54)

Em busca de uma ciência social "unificada", "integrada" e "refinada", envolvendo algum tipo de reaproximação com a economia, a NSE aparentemente gostaria de oferecer uma concepção benigna, estilizada, esparsa (e, portanto, relativamente fácil de "digerir") do papel do contexto social na ação econômica. O perigo dessa manobra analítica é que tanto o mercado quanto o aparato da teoria neoclássica a ele associado sejam deixados intactos. Os conceitos sociológicos estão sendo mobilizados no contexto do mercado, menos como metacrítica transcendente do mercado. Portanto, a sociologia de rede parece estar se tornando menos, e não mais, perturbadora das rotinas analíticas da economia ortodoxa, em vez de avançar para a conclusão lógica no desenvolvimento de visões e práticas alternativas de análise econômica. Por conseguinte, muito do que há de sociológico na sociologia

econômica é prejudicado em prol da construção de um estreito envolvimento com a economia convencional<sup>6</sup>.

### **A sociologia vai ao mercado**

A tração da sociologia econômica mainstream foi severamente minada por uma tendência predominante de conceitualizar o mercado como algo de certa forma externo, além ou fora das diversas esferas da vida econômica “mais incorporadas,” “mais sociais” ou “mais institucionalizadas,” que representam as preocupações substantivas desse subcampo (Lie 1991; Krippner 2001). A Nova Sociologia Econômica (NES) ainda não conseguiu reivindicar de forma suficientemente forte o mercado como uma construção fundamentalmente política, frequentemente se contentando com uma série de contextualizações sugestivas, embora parciais, do comportamento de mercado. De uma forma ou de outra, o “mercado puro” e os comportamentos instrumentalistas a ele associados continuam servindo, de maneira mais ou menos explícita, como contraponto para o desenvolvimento das abordagens contemporâneas sobre a economia em rede ou enraizada. Vale lembrar que Granovetter (2002, p. 54) posteriormente argumentou contra o abandono da “análise sofisticada de como os indivíduos buscam incentivos em espaços sociais bem definidos,” algo essencial para a economia ortodoxa, já que essa empreitada é aparentemente vista como complementar.

As implicações dessa tendência são mais do que semânticas, uma vez que implicam contínua naturalização de algum mercado pré-social, mesmo quando aparentemente se busca desconstruir essa mesma formulação. Esse tipo de deslizamento é claramente evidente na sociologia de redes, assim como na economia Williamsoniana e nas vertentes associadas da teoria da governança econômica; aparece até mesmo em alguns

---

<sup>6</sup> Dierdre McCloskey (s.d., 3), por exemplo, apelou para que a sociologia econômica não fizesse esse curso, que ela considera um beco científico sem saída no qual o rigor formalista é substituído pela importância sociocientífica: “É claro que um cientista deve pensar e observar, teorizar e observar. As ciências reais e progressivas, como a história social e a geomorfologia, fazem as duas coisas. Mas, o problema com a prova do quadro-negro[blackboard proof] e a significância estatística é que, embora pareçam pensar e observar, na verdade não o são. Lamento dizer que a teorização do quadro-negro sem a aquisição empírica e a significância estatística, bem sem a significância prática constituem um culto à carga na economia moderna. Por favor, por favor, vamos voltar ao tipo de ciência real que os historiadores sociais e os físicos de partículas fazem, em que lidamos, como os cientistas, com a única coisa necessária na ciência, o vigor[oomph]. E evitem o culto à carga, oh, econowannabes[aquele que está tentando se tornar economista, geralmente sem sucesso].”

trabalhos neopolanyianos, nos quais vários graus de "marketness" ou desenraizamento são aceitos, e em abordagens que sequestram as redes como terceira forma distinta de organização econômica (veja Powell 1990; Williamson 1994). O argumento apresentado, que começa com a afirmação de que os mercados são socialmente construídos e depois passa a discutir a maneira pela qual formas econômicas "mais" ou "menos" socializadas existem ao lado das forças de oferta e demanda, aparentemente se tornou tão comum quanto logicamente incoerente. Ela se baseia no que Ingham (1996a, 555) caracterizou apropriadamente como uma "contradição extraordinária". Todos os fenômenos econômicos são socialmente construídos e enraizados, ou alguns mercados são mais enraizados do que outros? Se todas as economias são economias sociais de um tipo ou de outro, então a abstração utilitarista do mercado "puro" é decididamente inútil, mesmo como um ponto (imaginado) a partir do qual se pode teorizar supostos desvios. A afirmação de que os mercados são enraizados é certamente qualitativa, e não uma questão de graus. Krippner et al. (2004, 112) insistiram que

Toda transação, por mais instantânea que seja, é social no sentido mais amplo do termo: contida em toda troca de mercado está uma história de luta e contestação que produziu atores com certas compreensões de si e do mundo que os dispõem a negociar de acordo com um determinado conjunto de regras e não com outro. Nesse sentido, o estado, a cultura e a política estão contidos em cada ato de mercado; eles não exercem sua influência de forma variável em alguns tipos de mercados mais do que em outros.

A teorização socioeconômica, propriamente dita, não pode começar com o mercado idealizado e, em seguida, trabalhar para variantes progressivamente "menos mercadológicas" dele; tampouco deve aceitar resignadamente que a ação econômica livre de contexto é simplesmente um "caso excepcional" (Granovetter 2002, 54). Foi isso que Williamson (1994) fez ao visualizar os mercados em uma relação axial com certas formas hierárquicas e o "ambiente institucional" imediato no qual a economia opera, além do qual há apenas "bobagem". E embora a "bobagem" possa, de fato, ser uma "fonte variada e interessante que acrescenta tempero à vida", ele insistiu que ela não deve ser confundida com as "características centrais do ambiente institucional", como regras legais e regulamentações de mercado (Williamson 1994, 98). Granovetter traçou essas linhas de forma diferente, usando uma terminologia diferente, mas ele as traçou. Para Krippner (2001,

799-800), o conceito de enraizamento levou acadêmicos a colocar uma economia social acima de um mercado pré-social e não teorizado. Em contrapartida, os teóricos da rede examinam explicitamente o mercado, mas o conteúdo social é destilado da estrutura social. É revelador e preocupante que, dada a maneira como o paradigma da sociologia econômica foi formulado, os sociólogos só tenham conseguido estudar os mercados despojando-os das características que mais os tornam sociais. O conceito de enraizamento postula um mundo do mercado separado da sociedade, mesmo que ele tente superar essa divisão. Enquanto o mercado for tratado de modo alheio às formas sociais, políticas e culturais, ele estará em posição de impedir entendimentos mais tênues das práticas sociais.

Paradoxalmente, o projeto da NES pode ter contribuído para a própria naturalização dos mercados que se propôs a transcender, ao teorizar o contexto e o enraizamento a ponto de ser relativamente fácil decantá-los de um mercado aparentemente pré-social. É claro que nem toda a sociologia econômica propriamente dita é vulnerável a essa crítica (ironicamente, a sua própria crítica). Exceções importantes incluem as contribuições de Block (1994, 1996) sobre a economia política da intervenção estatal, as análises históricas da política de criação de mercado em Dobbin (1994) e Fligstein (2001), certas vertentes dentro da escola de "variedades do capitalismo" (ver Hollingsworth e Boyer 1997), as sociologias pós-polanyianas do mercado de Lie (1991, 1993, 1997) e o trabalho de Zelizer (1994) sobre cultura econômica. Mas o programa teórico positivo que se envolve diretamente com os mercados progrediu somente de forma atabalhoada. Fligstein (2001, p. 8) argumentou que grande parte da literatura recente sobre a sociologia dos mercados se preocupa com os mercados em grande parte como objetos empíricos, com qualquer unidade conceitual decorrente de uma rejeição compartilhada da teoria neoclássica: "as abordagens sociológicas carecem de uma estrutura mais ampla e organizadora para entender os processos econômicos como processos sociais genéricos que operam em uma situação institucional específica."

"A maior desvantagem das abordagens por rede", argumentaram Fligstein e Mara-Drita (1992, 20, citado em Swedberg 1997), "é que elas são estruturas tão esparsas que é difícil ver como elas podem explicar o que observamos. [Elas não contêm nenhum modelo de política [e] nenhuma pré-condição social para as trocas de mercado". Na NSE, as redes são geralmente colocadas em algum universo conceitual paralelo, isoladas tanto dos mercados, por um lado, quanto das relações de poder, por outro. Ironicamente, esse processo

confere às redes algumas propriedades decididamente "mercadológicas"- flutuantes, descentralizadas, espontâneas, auto-organizadas, objetos de deferência analítica<sup>7</sup>. Portanto, as análises centradas em redes compartilham certas características com as análises centradas no mercado que elas pretendem transcender: a política e o poder tornam-se eventuais e contextuais e, como resultado, são teorizados apenas de forma aleatória; o conceito de mercado sem sangue, superdotado e subespecificado é substituído ou complementado pelo conceito de rede anêmico, superdotado e subespecificado.

Zelizer (2002, 117) sustentou que a sociologia econômica deve se comprometer mais a fundo com o "desafio teórico" que, pelo menos implicitamente, está no centro do projeto: "Em vez de se amontoar no canto designado para eles pela análise econômica convencional, os sociólogos econômicos devem se movimentar livremente por toda a gama da vida econômica." Fundamentalmente, essa declaração certamente significa enfrentar o mercado e sua teorização, e não criar estratégias para uma coexistência respeitosa. Significa, de uma vez por todas, rejeitar o pacto parsoniano que implicitamente moldou os parâmetros da NSE (Stark 2000). É nesse ponto que a geografia econômica tem um papel potencialmente positivo a desempenhar, pelo menos se puder ser enraizada de alguma forma em uma rejeição de princípios do essencialismo do mercado e da racionalidade universal. Se a promessa de uma sociologia econômica mais robusta implica a adoção do conceito de "economia sempre enraizada" (Block, 2003), então uma tarefa complementar na geografia econômica pode envolver a exploração da economia enraizada em todos os lugares. Se a primeira tende a privilegiar a contextualização histórica de economias realmente existentes, a segunda levaria isso um passo adiante - analisando as geografias históricas de economias variegadas, hibridizadas e desigualmente desenvolvidas.

## **Parte 2: Não (apenas) redes - espacializando a sociologia econômica**

É compreensível que o projeto de sociologia econômica, enquanto projeto, tenha se preocupado substancialmente com questões potencialmente próprias: as redes enraizadas. Porém, cada vez mais, as limitações das abordagens de rede "puras" estão se tornando

---

<sup>7</sup> Granovetter (citado em Swedberg, 1990, p. 104), por sua vez, declarou: "Seria ir longe demais substituir o mercado pela análise por rede... é melhor tentar combiná-los".

evidentes (Podolny e Page 1998; Krippner 2001; Granovetter 2002). A ótica da rede lançou uma nova luz sobre formas variadas de relações sociais além dos mercados e das hierarquias, embora seja preciso reconhecer que essas esferas da vida econômica não são mutuamente exclusivas, mas sim constitutivas. A implicação lógica dessa posição é uma atitude antagônica em relação à teoria econômica ortodoxa, mas a ala reformista da NSE parece relutante em reconhecer essa implicação, na prática, pois continua focada no projeto (distante) de uma reaproximação com a corrente principal neoclássica. Em contraposição a essa estratégia, esta seção defende a necessidade de ir além das redes, o que necessariamente implica transcender os eixos restritivos e o registro estreito do diálogo entre a sociologia das redes e a economia ortodoxa. Isso não é feito simplesmente por contrariedade, mas para explorar um tipo diferente de terreno comum (em grande parte inexplorado) entre a geografia econômica e a sociologia econômica – caracterizada aqui como sociologia macroeconômica construcionista social – no qual o potencial de troca genuinamente produtiva parece ser considerável, embora ainda não realizado.

Em alguns aspectos, o terreno já foi preparado para essa troca. Do ponto de vista da geografia econômica, grande parte da discussão teórica recente sobre redes tem caminhado em uma direção (crítica) semelhante: defendendo o acréscimo de mais "conteúdo" político-econômico nas análises por redes, levando mais a sério as relações de poder (assimétricas) e localizando as redes em seus contextos macroeconômicos e macroinstitucionais (consulte Amin e Hausner 1997; Olds e Yeung 1999; Leitner, Pavlik e Sheppard 2002; Dicken, Kelly, Olds e Yeung 2001; Henderson et al. 2001; Smith et al. 2003; Gertler 2002; Yeung 2003). Entre outras coisas, isso envolve ir além das escalas micro e mesoanalíticas que tendem a ser privilegiadas nas teorias de rede; também significa descongelar muito mais do contexto social e espacial no qual as relações de rede operam, e exige que as implicações teóricas e metodológicas de formas não essencialistas de análise econômica sejam adotadas. Já na sociologia econômica, várias vertentes da sociologia macroeconômica estão há algum tempo associadas a argumentos sobre a diversidade dos sistemas capitalistas, a política de criação de mercados, as especificidades locais das instituições econômicas e a construção social das formações econômicas, todos com potencial para se conectar de forma fértil com as correntes contemporâneas da geografia econômica (consulte Burawoy 1985; Stark 1996; Hollingsworth e Boyer 1997; Block 2000; Jessop 2002; Sayer 2002). Há também uma preocupação em levar o poder e a política muito

mais a sério, embora o envolvimento com questões relacionadas a espaço, lugar e desenvolvimento desigual permaneça, até o momento, como preocupação de segunda ou terceira ordem.

Apesar desse potencial, apenas ocasionalmente a geografia econômica apareceu no radar da sociologia econômica, definida de forma ampla. A vertente europeia tem um interesse contínuo em distritos industriais e desenvolvimento regional, o que levou a alguma comunicação entre as disciplinas (consulte Beckert e Swedberg 2001; Triglia 2002), mas a NSE nos Estados Unidos permaneceu praticamente impermeável.

O trabalho de Saxenian (1994) sobre redes industriais regionais é a exceção que comprova essa regra, embora a maneira como esse trabalho é lido seja reveladora. Ainda que as análises comparativas de Saxenian da Rota 128 e do Vale do Silício tenham se aprofundado nas raízes regionais das práticas industriais, os novos sociólogos econômicos tendem a reduzir esses efeitos aos contextos de rede. Assim, o caso californiano é descrito por Granovetter (2002, p. 35) como um relato de "uma quantidade extraordinária de confiança entre empresas e indivíduos que estão nominalmente competindo entre si". Por outro lado, o caso de Boston é interpretado como uma representação do outro nas relações de rede: aqui, a ausência de confiança está associada ao mal-estar econômico regional. Embora tenha havido uma extensa discussão sobre redes no livro *Regional Advantage*, de Saxenian (1994), o relato não se baseia em fundamentos tão estreitos - trata-se de uma geografia econômica mais "densa" do que a leitura de Granovetter sugere. O questionamento multifacetado de Saxenian sobre as culturas de produção regional chamou a atenção para o que Michael Storper chamou de suas propriedades "superaditivas", a "cola" social que mantém esses sistemas mesoinstitucionais unidos, além da base básica das relações transacionais e das arquiteturas de rede (consulte "Discussion of Regional Advantage" 1995, p. 204).

Talvez haja aqui um eco do fracasso da própria sociologia econômica em convencer a corrente principal da economia sobre a importância do contexto: o campo relativamente sem espaço da sociologia econômica, que, assim como a economia ortodoxa, também tem seus impulsos sincrônicos, ainda não valorizou a importância do contexto geográfico e da incorporação espacial, tendendo a reduzir o lugar e o espaço a características estilizadas, categóricas, taxonômicas ou sistêmicas, praticamente sem dar atenção ao desenvolvimento geográfico desigual, à criação de lugares ou à constituição de escalas. Para

a NSE, o que importa é o contexto social imediato, visto pelas lentes das redes, e a maneira pela qual esses contextos são importantes é geralmente muito mais estilizada do que a encontrada em discussões econômico-geográficas sobre lugar e localidade (segundo Massey, 1984). A NES anseia por formas de análise "rigorosas" e parcimoniosas, nas quais as especificidades confusas do lugar são eliminadas<sup>8</sup>. O fato de não se aprofundar mais no "contexto" na NSE - trazendo mais história e geografia - não representa mero descuido. Particularmente na sociologia de redes, a tendência à teorização sincrônica e sintética reflete a ambição mais ampla de entrar em sintonia com a economia ortodoxa. Invocar o que Williamson (1994) chamaria de "bobagem" [tosh] seria decididamente inútil para essa causa.

### Fora de sincronia

Diferentemente da NSE, a sociologia macroeconômica geralmente favorece leituras mais radicais e heterodoxas da economia, interpretações mais disruptivas em relação às concepções ortodoxas e às rotinas analíticas. Ela compartilha com a economia política radical, com a economia feminista, com formas mais robustas de economia institucional e com o movimento econômico pós-autista, em geral (ver Fullbrook, 2003), o desejo de desenvolver formas alternativas de análise econômica (institucional e política), um componente que envolve a desconstrução simultânea do mercado e da economia neoclássica. Dessa perspectiva, então, surge uma resposta simples para a pergunta incômoda, tanto na NSE quanto na (nova) geografia econômica, a respeito da possibilidade e da forma em que se deve estabelecer um diálogo construtivo com a economia ortodoxa: não. Mais do que uma postura petulante, isso representa um reconhecimento das distorções e limitações que tendem a acompanhar as tentativas de se comunicar com a economia ortodoxa. A linha divisória entre os que consideram essa posição intransigente como desnecessariamente conflituosa e os que a consideram política e teoricamente essencial é a característica que define a tensão acomodacionista/militante na sociologia econômica (consulte Collins, s.d.; Zelizer, 2002),

---

<sup>8</sup>"Sou totalmente a favor da parcimônia", explicou Granovetter (citado em Swedberg 1990, p. 106) e, embora essa declaração não signifique necessariamente uma adoção do reducionismo da escolha racional, ela reflete uma predileção subjacente por métodos relativamente esparsos, austeros e quase formais.

assim como parece estar assumindo uma importância cada vez maior na geografia econômica (consulte Clark, 1998; Martin, 1999; "Debating Economic Geography", 2001).

Seria um exagero dizer que essa divisão é acrimoniosa ou polarizadora, seja na geografia ou na sociologia, mas como uma linha de demarcação de diagnóstico, ela certamente tem importância. Embora a conformidade explícita com a economia ortodoxa seja uma busca minoritária em ambas as disciplinas, em que o sentimento predominante provavelmente se situa entre a indiferença, o ceticismo e a militância, avaliar a questão não é simplesmente uma questão de contar cabeças nos vários "campos". Em vez disso, a variação é do caráter qualitativo dos respectivos programas intelectuais, e de uma forma potencialmente significativa. A tendência acomodacionista tende a ser um pouco mais organizada, disciplinada e coerente, uma vez que suas regras de engajamento são, em sua maior parte, determinadas exogenamente: para conseguir o ouvido da economia, primeiro use a linguagem da economia - métodos formais, modelos limpos e raciocínio mecânico. Como disse Williamson (1994, p. 77), que tentou essa façanha com algum sucesso a partir de uma posição estrutural diferente, "Diga aos economistas algo que eles não sabiam anteriormente sobre os fenômenos de seu interesse, mostre a lógica e demonstre que os dados estão alinhados: isso chamará a atenção deles". Como praticamente nada mais desperta a atenção, a tarefa torna-se bastante inequívoca, embora ainda extremamente difícil. Enquanto isso, não há regras de engajamento preestabelecidas nos grandes elementos residuais da sociologia econômica e da geografia econômica, que não estão inclinados a dialogar com a economia em termos tão restritivos e pré-determinados. Aqui, em meio à heterodoxia geralmente tolerante, o pluralismo e o ecletismo tendem a prevalecer; apenas ocasionalmente há causas comuns ou mesmo preocupações amplamente compartilhadas. Hirsch, Michaels e Friedman (1987, p. 320) poderiam muito bem estar descrevendo o clima geral da geografia econômica, ao observarem que "em comparação [com a economia], a sociologia parece orgulhosamente diversificada, mesmo que quase adolescente e sofrendo continuamente minicrises de identidade". Na verdade, as culturas intelectuais da geografia econômica e da sociologia econômica são semelhantes em muitos aspectos, principalmente quando vistas em relação à economia. Diferentemente da cultura da alta igreja da economia ortodoxa - com seu sistema de crenças absolutistas, práticas quase religiosas e preferência pela introspecção monástica -, a sociologia econômica e a geografia econômica exibem um agnosticismo livremente definido e mundano. Em termos mais concretos, a descrição de Baron e Hannan

(1999, p. 1118) sobre as convenções dos cursos de pós-graduação em sociologia refletem fortemente as da geografia e, em ambos os casos, o contraste com a economia é revelador:

Desde o fim da teoria funcionalista na década de 1960, a sociologia não tem um paradigma dominante; os cursos de teoria sociológica expõem os alunos a uma panóplia de abordagens teóricas (em parte concorrentes). Os estudantes são geralmente incentivados a considerar o conjunto de perspectivas como um "kit de ferramentas" que qualquer bom sociólogo deve ter em mãos para analisar os fenômenos sociais. Isso incentiva os sociólogos a desenvolverem argumentos "horizontalmente" (trazendo outros tipos de argumentos para um problema). Já os economistas são ensinados a trabalhar "verticalmente", ou seja, a adotar uma única linha de argumentação e levar adiante o máximo possível suas implicações. . . O trabalho sociológico que usa grande parte do conjunto de ferramentas recebe, em geral, uma ampla reação positiva; o trabalho que segue uma única linha de argumentação é muitas vezes considerado "estreito".

Entretanto, isso não é apenas uma questão de culturas disciplinares. Em um nível teórico, a geografia econômica e a sociologia econômica compartilham uma antipatia - por vezes instintiva, outras vezes formal - pela modelagem de escolha racional e pelo individualismo metodológico (consulte Hirsch, Michaels e Friedman 1987; Barnes e Sheppard 1992). O individualismo metodológico baseia-se na alegação de que "a unidade elementar da vida social é a ação humana individual", de modo que "explicar as instituições sociais e a mudança social é mostrar como elas surgem como resultado da ação e da interação dos indivíduos" (Elster 1989, 13). O conceito de escolha racional se baseia nessa estrutura, propondo que as consequências cumulativas das ações individuais escolhidas racionalmente tendem a ser otimamente eficientes para a sociedade, e a ação racional deve ser a referência em relação à qual todas as ações sociais são avaliadas. Depois de Durkheim, sustentou-se que os argumentos sociológicos são aqueles que, por definição, não são redutíveis a essas bases individualistas, pois se referem aos "fatos sociais" que necessariamente aderem a entidades coletivas, grupais ou associativas. O domínio da investigação sociológica é correspondentemente definido como aquelas "formas de agir, pensar e sentir" que são sociais no sentido de que "sua fonte não está no indivíduo, seu substrato não pode ser outro senão a sociedade" (Durkheim 1938, 3).

A NSE procura dividir a diferença entre o que é retratado como concepções supersocializadas e subsocializadas da ação humana. É essa terceira via teórica que produz

a ênfase exagerada nas redes como um modo distinto de organização econômica e como uma estrutura para interpretar a ação econômica que é "mais social" do que o individualismo metodológico e "menos determinista" do que a corrente dominante sociológica. Embora esse tipo de compromisso possa ser atraente para alguns na geografia econômica, certamente é significativo que a reformulação das abordagens de rede que ocorreu na subdisciplina tenha sido associada, na maioria das vezes, a um impulso em direção a tratamentos mais seriamente socializados e profundamente contextualizados (consulte Dicken, Kelly, Olds e Yeung, 2001). Nem todas as fragilidades da sociologia granovetteriana foram importadas sem críticas para a geografia econômica, embora, na prática, ainda não se saiba se a implantação de uma "ótica de rede" tenderá a tirar de foco algumas relações socioinstitucionais, assim como privilegia outras. Implícita ou explicitamente, os fatores macro institucionais, as desigualdades estruturais e a dinâmica competitiva tendem a receber menos atenção nas análises que se concentram no meio-termo das redes horizontais e próximas (consulte Sayer, 2002). Na literatura de sociologia econômica, esse é um dos principais motivos para a desconexão entre a microsociologia de redes e os trabalhos em desenvolvimento sobre economia política comparativa, a escola de variedades de capitalismo e as extensões da análise polanyiana (consulte Evans 1995; Hollingsworth e Boyer 1997; Hall e Soskice 2001; Block 2002; Burawoy 2003; Silver e Arrighi 2003), todos com uma orientação relativamente mais macroinstitucional e estrutural, e levam mais a sério os argumentos sobre a construção sociopolítica das economias. É interessante que esse trabalho também tenha recebido menos atenção na geografia econômica, o que contrasta com a recente preocupação com as redes e o enraizamento<sup>9</sup>. Muito embora a geografia econômica compartilhe com a sociologia um forte senso de ceticismo em relação à "ótica do mercado" da economia ortodoxa - na qual uma gama restrita de relações de troca é imposta a todo o sistema de organização econômica, sendo os mercados apresentados como normativa e logicamente superiores (Sayer, 2002) - o programa teórico e metodológico positivo que pode resultar desse ceticismo ainda precisa ser definido na geografia econômica. Como advertiu Gordon Clark (1998, p. 83), a adoção

---

<sup>9</sup> Entre as exceções significativas e sugestivas que trataram o "contexto" de uma maneira mais do que meramente contextual, estão Christopherson (2002) e Gertler (2002, 2004). A abordagem de variedades de capitalismo também foi invocada em estudos sobre a geografia dos sistemas empresariais (consulte Dicken 1998; Yeung 2000b; Dicken, Kelly, Olds e Yeung 2001).

da diversidade empírica e do pluralismo teórico pode ser enervante, mas provavelmente não será suficiente: "Ressuscitar o compromisso com a investigação intelectual coletiva é uma tarefa essencial para a geografia econômica". Da mesma forma, Martin e Sunley (2001, p. 153) observaram que

Estamos longe de estar convencidos de que muitos dos "novos" geógrafos econômicos (culturais) de hoje tenham compreensão detalhada acerca da economia institucional, da economia evolucionária, da economia social, da sociologia econômica ou de qualquer outro campo heterodoxo da teoria econômica. O assunto está se tornando repleto de termos e noções "escolhidos a dedo" deste ou daquele ramo da economia heterodoxa, ou da teoria social, ou cultural, que rapidamente se tornam aceitos e recebem uma profundidade inquestionável antes de terem sido adequadamente definidos e conceituados. De fato, a maioria dos novos conceitos agora não é contestada. O termo "enraizamento", retirado da sociologia econômica, é um exemplo dessa tendência. Em nenhum lugar esse termo foi devidamente definido ou teorizado pelos novos geógrafos econômicos, mas agora está firmemente estabelecido como parte do vocabulário conceitual da geografia econômica.

Em alguns aspectos, o paradigma das redes e do enraizamento parece se prestar aos tratamentos brandos focados no capitalismo, nos quais os papéis do poder e da desigualdade não são exatamente negados, mas suavemente marginalizados por meio do privilégio das relações horizontais de confiança, reciprocidade e associatividade. Como Sayer (2002, p. 49-50) bem observou, a "metáfora do enraizamento soa suave e reconfortante e, possivelmente, faz com que nossas faculdades críticas durmam, mas o que ela descreve pode, ocasionalmente, ser duro e opressivo. Ao mesmo tempo em que destaca versões aparentemente mais suaves do capitalismo, ela tem pouco ou nada a dizer sobre questões de distribuição e desigualdade". Os geógrafos econômicos certamente não se esqueceram das limitações das formas benignas de análise de rede (veja Amin e Hausner 1997; Dicken, Kelly, Olds e Yeung 2001), mas, ao mesmo tempo, algumas de suas metáforas sugestivas e argumentos estilizados passaram para a literatura de forma que, muitas vezes, neutralizam ou ofuscam as relações de poder, dominação, exploração e desigualdade, ao mesmo tempo em que relegam a segundo plano as forças estruturais e as conjunturais. Considerando a geografia econômica como um projeto crítico, esses silêncios são graves. Abordá-los não significa encerrar o diálogo incipiente com a sociologia econômica, mas certamente deve envolver a ampliação e o aprofundamento seletivo dessa conversa. E isso pode significar gastar menos tempo falando sobre redes e mais tempo se envolvendo com a sociologia

macroeconômica e com a economia heterodoxa de forma mais geral. O problema, de uma perspectiva econômico-geográfica, é que as abordagens de rede não situadas são "debilmente contextuais" (Gertler 2002, 89).<sup>10</sup>As constantes tentativas da NSE de se alinhar à economia ortodoxa significam que o papel do contexto deve ser fraco ou, no mínimo, altamente estilizado. A geografia econômica desse mundo é banal e cartunesca (regiões confiáveis e regiões não confiáveis, espaços em rede e lugares hierárquicos, cidades agitadas e cidades não agitadas, regiões que aprendem e regiões burras, e assim por diante). A história, a geografia e as relações sociais são eliminadas ou reduzidas em tais tratamentos; o "contexto" e a conjuntura são reduzidos a um cenário de fundo, esboçado apenas com os traços mais amplos. No entanto, não precisa ser assim. Há partes da sociologia econômica que levam a sério as conjunturas históricas e os contextos institucionais, mesmo ainda não considerando seriamente a geografia. Contrapondo-se à NSE, essas correntes podem ser caracterizadas como formas de sociologia macroeconômica.

Em contraste com o avanço autoconscientemente organizado da sociologia de redes, as várias vertentes do trabalho macro institucional na sociologia econômica não têm um centro tão bem definido. Em vez disso, há pelo menos duas correntes contemporâneas da sociologia macroeconômica - uma organizada em torno da rubrica 'variedades de capitalismo' e outra que pode ser descrita como 'construtivista social' ou genericamente 'neopolanyiana'. Pode ser que um dos motivos pelos quais há menos senso de esforço compartilhado aqui do que na vertente paralela da sociologia de rede seja que as conexões entre essas duas abordagens mais macros parecem estar se enfraquecendo. Elas até podem estar indo em direções diferentes. As possíveis afinidades em relação ao trabalho econômico-geográfico são evidentes em ambas as linhas de estudo, embora em nenhum dos casos os vínculos tenham sido firmemente estabelecidos. Ambas merecem, sem dúvida, maior atenção por parte da geografia econômica, embora, mais uma vez, as questões apropriadas digam respeito a quais sociologias econômicas devem ser abordadas e em torno de quais questões.

---

<sup>10</sup>Essa orientação é refletida na própria geografia econômica. Dick Walker (2001, 171) observou que "os Novos Regionalistas têm se preocupado com clusters industriais, análise por redes e instituições locais de governança... enquanto contornam as questões mais amplas levantadas pela economia política clássica... sobre classes, distribuição, conflito político e ação do Estado".

---

**Capitalismo, agora em duas variedades?**

Hall e Soskice (2001, p. 6) caracterizaram a abordagem das variedades de capitalismo como uma forma de "economia política centrada na empresa", cujo foco tem sido a análise comparativa das economias capitalistas desenvolvidas. Com origens na teoria da modernização (que sempre teve orientação centrada no Estado), no neocorporativismo (que dava prioridade analítica ao papel dos sindicatos) e na abordagem dos sistemas sociais de produção (que privilegiava os regimes e a dinâmica da produção), esse conjunto de trabalhos tem se preocupado, desde a década de 1980, com a análise comparativa de "economias de mercado coordenadas", como Alemanha e Japão, e "economias de mercado liberais", como Estados Unidos e Reino Unido. O desempenho econômico superior dos primeiros sistemas, mais coordenados, galvanizou grande parte desse trabalho durante a década de 1980 (veja Dore 1987; Albert 1993), quando um subtexto era uma antipatia compartilhada com os experimentos de Reagan e Thatcher e uma preferência progressiva por abordagens mais organizadas, deliberativas e voltadas para o bem-estar do desenvolvimento econômico. À primeira vista, a ascensão dos regimes neoliberais durante a década de 1990 minou seriamente essa história, apontando, como aparentemente fez, para a superioridade das abordagens baseadas no mercado nessa "guerra dos capitalismo" pós-fordista.

Na verdade, essas mudanças abruptas nas riquezas econômicas nacionais destacam um ponto teórico mais profundo: que a base apropriada para a comparação entre sistemas econômicos é a diferença qualitativa, levando em conta as especificidades institucionalizadas, e não a deferência a alguma medida transcendental de "eficiência". Portanto, o relativo sucesso dos regimes neoliberais durante a década de 1990 não refletia um triunfo inevitável de mercados sem restrições ou formas "mais puras" de capitalismo, mas poderia ser atribuído, em primeiro lugar, a uma série de vantagens situadas e particularidades institucionais, por exemplo, dos modelos britânico e americano e, em segundo lugar, à tendência dos "capitalismos ruins em minar os bons" no contexto de regimes financeiros e comerciais liberalizados (consulte Gray 1998; Block 2000). Portanto, não se tratava de uma simples história de formas superiores ou inferiores de capitalismo (embora muitas vezes tenha sido contada dessa maneira), mas refletia o desempenho desigual (e dinamicamente inter-relacionado) de regimes institucionais qualitativamente diferenciados. Nas primeiras manifestações da rubrica variedades de capitalismo, os

diferentes "capitalismos nacionais" foram considerados como representantes de caminhos distintamente institucionalizados de desenvolvimento político-econômico, e não simplesmente variantes ou distorções de um modelo de livre mercado normalizado. Com base nisso, os sociólogos econômicos responderam posteriormente ao debate sobre a globalização desafiando as noções de convergência institucional direta em torno de normas Anglo-Americanas "ampliadas", insistindo, em vez disso, que as economias nacionais continuarão a responder às pressões, oportunidades e restrições associadas à globalização por meio de caminhos que refletem os legados institucionais, as contingências culturais e as estratégias políticas (consulte Berger e Dore 1996; Crouch e Streeck 1997; Triglia 2002). Alguns sugeriram que o desafio teórico apropriado, de fato, é explicar a divergência contínua dos capitalismos nacionais, que continua a ser demonstrada em muitas dimensões (Hancké 1999; Whitley 1999; Soskice 1999). A capacidade de adaptação de alguns regimes nacionais pode ser maior do que a de outros, é claro, já que as economias de mercado coordenadas parecem ter se encontrado em desvantagem estratégica diante do globalismo neoliberal, pelo menos no curto prazo (consulte Crouch e Streeck 1997; Wade e Veneroso 1998; Dore 2000).<sup>11</sup>Dito isso, mesmo que as pressões provenientes de uma economia global mais instável e competitiva em termos de preços possam induzir respostas "genéricas", como a redução do estado de bem-estar social e a flexibilização do mercado de trabalho, certamente não é verdade que a forma institucional dessas respostas seja estruturalmente determinada. Nesse contexto, a neoliberalização não precisa e, de fato, não leva a uma simples convergência e, ao mesmo tempo, suas manifestações são sempre híbridas, sempre enquadradas em relações de desenvolvimento desigual (consulte Peck e Tickell 2002; Peck 2004).

A dependência da trajetória [path dependence] é um dos temas centrais da escola de variedades do capitalismo. No entanto, o conceito de ajuste dependente da trajetória, no qual a ação social é restringida e canalizada por legados institucionais acumulados, pode ser propenso à crítica original de Granovetter (1985) referente à "super socialização". Na prática,

---

<sup>11</sup>Essas análises contemporâneas de uma economia internacional neoliberalizante ecoam o trabalho de Polanyi sobre as respostas de diferentes sociedades de mercado (nacionais) à pressão do regime do Padrão Ouro (consulte Block 2003; Burawoy 2003).

os argumentos de dependência de trajetória tendem a se concentrar em situações em que a tomada de decisões está "travada", tendo menos a dizer sobre os momentos de mudança da trajetória, quando podem ocorrer "rupturas" criativas ou revolucionárias dos padrões institucionalizados de ação social, seja em princípio ou, na prática (Crouch e Farrell, 2002). Outra consequência da natureza um tanto introvertida dessas análises é que elas exibem uma "centralização no sistema" generalizada. E mais do que isso, presume-se que os sistemas institucionais nacionais tenham um alto nível de integridade e congruência internas: Hancké (1999) argumentou que a abordagem das variedades de capitalismo se baseia em uma concepção "super modular" dos sistemas institucionais, na qual os conjuntos institucionais nacionais são vistos como associados a fortes dependências de trajetória. Isso não é simplesmente um artigo de fé, mas decorre de complementaridades únicas entre os elementos constituintes do sistema, por exemplo, entre o regime do mercado de trabalho e a estrutura do sistema financeiro. Embora esses argumentos tenham sido apresentados empiricamente, ainda há questões teóricas em aberto relacionadas à coerência interna e à complementaridade de sistemas especificamente nacionais e em torno da "solidez" (ou necessidade) do encaixe entre os diferentes elementos constituintes desses sistemas (consulte Hall 1997; Hancké 1999; Ebbinghaus e Manow 2001). Economistas ortodoxos, é claro, geralmente consideram esses relacionamentos soltos, assistemáticos, irregulares e contingentes como extremamente ad hoc (Richter 2001). No entanto, é certamente importante reconhecer que a integridade institucional, seja no nível dos "sistemas" nacionais ou em outras escalas, precisa ser demonstrada, não presumida. Da mesma forma, a proposição de que tais funcionalidades post hoc necessariamente ou mesmo tendencialmente aderem às instituições em escala nacional, e que, portanto, a "variedade significativa" costuma se ancorar nessa escala, também deve ser uma questão em aberto, à luz dos debates recentes sobre regionalização, "esvaziamento", capitalismo locais, transnacionalização e assim por diante.

Em princípio, a abordagem sobre as variedades de capitalismo pode ser aplicada em nível setorial ou regional, embora a maioria esmagadora dos trabalhos nessa área tenha se concentrado, sem problemas, no Estado nacional como a unidade naturalizada de análise. Como afirmaram Hall e Soskice (2001, 4, 16):

Nosso foco é a variação entre as economias políticas nacionais. Nossa premissa é que muitas das estruturas institucionais mais importantes - notadamente os sistemas de regulamentação do mercado de trabalho, de educação e treinamento e de governança corporativa - dependem da presença de regimes regulatórios de competência do Estado-nação [ . . . ] É possível aplicar a estrutura analítica geral [ . . . ] as variações ao nível regional ou setorial que proporcionam uma camada adicional de apoio a tipos específicos de coordenação, e aumentam a capacidade de uma nação de apoiar uma série de estratégias corporativas e regimes de produção.

No entanto, o escopo efetivo para "regionalizar" a abordagem das variedades do capitalismo pode ser mais restrito do que Hall e Soskice sugeriram, uma vez que o impulso geral da pesquisa nesse campo parece ser a sistematização da "variedade" em termos relativamente ortodoxos e que meramente reposicionam o ponto de Arquimedes do mercado na extremidade de um eixo diferente (entre sistemas de mercado coordenados e liberais), em vez de desvendar as fontes e as consequências dessa variedade em outras escalas de análise. Embora nos estágios iniciais do desenvolvimento da abordagem das variedades de capitalismo houvesse uma causa em comum com a teoria da regulamentação e outras tradições mais estruturais e institucionais (consulte Hollingsworth e Boyer, 1997), apontando para possíveis áreas de contato com a geografia econômica, seu desenvolvimento mais recente tem sido mais economicista, e talvez menos flexível. Ecoando as técnicas da economia ortodoxa, a estratégia tem sido buscar clareza teórica por meio da revelação das microfundações dos sistemas institucionais.

Além de referências passageiras à Terceira Itália e à Baden Wurttemberg, o objetivo dos trabalhos mais recentes tem sido integrar a análise das instituições, adequadamente modificada, à microeconomia da escolha racional. Assim, a busca por uma "teoria geral" das complementaridades institucionais levou Hall e Gingerich (2001, p. 3) a supor que "as empresas são os atores centrais da economia", cujo comportamento "agregasse ao desempenho econômico nacional". Aqui, o rabo da escolha racional está claramente começando a abanar o cachorro institucional. Assim, a ênfase é devidamente colocada na capacidade das instituições de "resolver problemas de coordenação", contribuindo para "atingir o equilíbrio relevante em contextos de coordenação", cuja conclusão tortuosamente lógica é que "a construção de instituições de coordenação deve ser vista como um problema de coordenação, sendo em considerável magnitude de segunda ordem" (Hall e Soskice 2001, 6, 12, 14). No entanto, há uma reviravolta bastante significativa na abordagem ortodoxa da escolha racional, pois argumenta que há situações em que a estratégia (corporativa) e a

tomada de decisões seguem a estrutura (institucional), em vez de precedê-la. Usando técnicas como a teoria dos jogos, o objetivo dessa abordagem formalizada sobre as variedades de capitalismo é reposicionar a ação racional no contexto dos sistemas institucionais nacionais (ou leituras estilizadas desses sistemas), em vez de assumir o próprio conceito de ação racional. Não se presume que a racionalidade seja universal, mas é efetivamente redimensionada em torno de sistemas institucionais nacionais, cada um com suas próprias coerentes racionalidades: "nossa abordagem prevê diferenças sistemáticas na estratégia corporativa entre as nações, e diferenças que são paralelas às estruturas institucionais abrangentes da economia política" (Hall e Soskice 2001, 15, grifo nosso).

A abordagem das variedades de capitalismo está se distanciando das análises socioinstitucionais de economias nacionais "reais" em favor de discussões mais abstratas de sistemas coordenados versus sistemas liberais, juntamente com a experimentação da teoria dos jogos e a análise teórica parcimoniosa. As economias nacionais parecem estar a caminho de se tornarem unidades de dados, em vez de objetos de análise empírica em seu próprio sentido, enquanto o conceito de modos de coordenação é abstraído das economias reais que foram a base da generalização original. Além da falácia econômico-sociológica comum em contrapor leituras mais ou menos socioinstitucionais da economia a uma imagem essencialmente neoclássica do "mercado", a abordagem das variedades de capitalismo parece remeter-se a uma extremidade de um continuum teórico questionável. Expressando um surpreendente grau de deferência às rotinas metodológicas e às prioridades teóricas da economia ortodoxa, Hall e Gingerich (2001, pp. 3-4) construíram seu caso da seguinte forma:

A abordagem das variedades do capitalismo faz uma distinção entre dois modos de coordenação. Em um deles, as empresas se coordenam com outros atores, principalmente por meio de mercados competitivos, caracterizados por relações distanciadas e contratos formais. Aqui, os resultados de equilíbrio são ditados principalmente por preços relativos, sinais de mercado e considerações marginalistas conhecidas. Na outra modalidade, as empresas se coordenam com outros atores por meio de processos de interação estratégica do tipo [que é] tipicamente modelado pela teoria dos jogos. Aqui, os resultados do equilíbrio dependem do apoio institucional disponível para a formação de compromissos confiáveis, incluindo o apoio ao compartilhamento eficaz de informações, ao monitoramento, à sanção e à deliberação.

... Em um extremo do espectro estão as economias de mercado liberais, em que as relações entre empresas e outros atores são coordenadas principalmente por mercados competitivos. No outro extremo estão as economias de mercado coordenadas, em que as empresas geralmente se envolvem em uma interação mais estratégica com sindicatos, agentes financeiros e outros atores. A coordenação de mercado é um conceito conhecido na economia neoclássica, e os Estados Unidos são uma típica economia de mercado liberal.

Portanto, nessa forma ortodoxa de reificação, os casos se tornam tipos, e as condições neoclássicas do livro-texto prevalecem nos Estados Unidos! Hall e Gingerich continuaram afirmando que as empresas escolherão (racionalmente) entre estratégias de mercado e de coordenação estratégica com base em sua avaliação do ambiente operacional predominante, optando pela última estratégia onde os mercados são "fluidos" e pela primeira - que cada vez mais parece uma escolha subótima ou a segunda melhor - "onde os mercados são imperfeitos". O cenário institucional invocado aqui é, em grande parte, inerte (Ebbinghaus e Manow, 2001), uma vez que a atenção foi voltada para a problemática da ação racional nesse ambiente herdado. Esse modo de raciocínio é incapaz de sobreviver à crítica da própria sociologia à economia ortodoxa, já que todos os mercados (realmente existentes) são imperfeitos e impuros, uma vez que todos estão enraizados, ainda que de forma contingencial, em instituições extraeconômicas (ver Barber 1995; Jessop 2002). Em seus esforços para superar o que Barber (1977) chamou de "absolutização do mercado," essa variante da sociologia econômica pode agora estar reforçando essa mesma distinção, chegando até a isolar diferentes rotinas analíticas "apropriadas" para os sistemas de mercado e submercado, ao mesmo tempo em que sugere que algumas variedades de capitalismo são mais puras do que outras. A abordagem das variedades de capitalismo tem se mostrado cada vez mais preocupada em teorizar o "outro" do mercado, mas de uma forma que, de maneira indireta, consolida uma forma revisionista de imperialismo econômico. E mesmo que ainda seja possível encontrar impulsos teóricos progressistas e criativos nessa literatura, a dependência de tipos ideais nacionais cada vez mais estilizados pode estar restringindo e limitando o projeto. O escopo para criar conexões construtivas entre essa literatura e a geografia econômica, provavelmente, será limitado se a tendência à formalização ortodoxa continuar. Em princípio, os geógrafos econômicos tendem a se preocupar mais com a abertura de fontes de variedade e diversidade econômica, em vez de restringi-las a tipos ideais nacionais ou teorizá-las em torno de algum "centro" privilegiado, como o mercado

idealizado ou o que alguns consideram seu substituto terreno, o capitalismo liberalizado, ao estilo dos EUA. No entanto, ao afirmar que os geógrafos econômicos podem estar inclinados a buscar mais variedade, e não menos, também é preciso reconhecer que o desafio de demonstrar a variedade - por exemplo, entre diferentes "capitalismos locais" - tem sido apenas incipiente. As contribuições da geografia econômica mal penetraram na literatura sobre variedades de capitalismo, apesar do escopo para um engajamento mutuamente informativo.

### **Capitalismos: em construção**

Se a abordagem das variedades de capitalismo está sucumbindo ao que McCloskey (s.d.) caracterizou como "econowannabeism", uma linha de investigação indiscutivelmente mais frutífera está sendo buscada por um diversificado grupo de neopolanyianos. Nos termos de Krippner (2001), esses neopolanyianos definiram a análise de formas econômicas concretas como um programa analítico positivo, que deve abranger obrigatoriamente a desconstrução crítica das estruturas e relações que se passam por "mercado" (veja também Mitchell 1998). A equivalência casual entre mercados, análise neoclássica e capitalismo americano, no estilo de Hall e Gingerich, não tem lugar aqui. O ponto de partida para esse tipo de trabalho é a rejeição explícita de concepções pré-sociais do mercado, juntamente com uma antipatia em relação às afirmações sobre o estado "natural" das relações capitalistas. Fred Block (2002, p. 223) caracterizou essa abordagem como algo fundamentado na noção do capitalismo como sistema construído:

Os arranjos capitalistas não são naturais no âmbito das sociedades e tampouco como um sistema internacional, mas precisam ser constantemente construídos e reconstruídos. O capitalismo não pode contar com a simples continuidade ao longo do tempo porque está continuamente gerando novos conflitos e contradições que precisam ser resolvidos ou contidos por meio da atividade consciente. O sistema de mercado baseia-se na ilusão de que os fatores de produção - incluindo terra, trabalho e dinheiro - são mercadorias produzidas para venda em um mercado. Esse status de mercadoria deve ser presumido porque, caso contrário, não há garantia de que o mecanismo de preços equilibrará a oferta e a demanda. Entretanto, a terra, o trabalho e o dinheiro não são mercadorias verdadeiras; eles não foram realmente produzidos para serem vendidos no mercado. O trabalho constante de "construir o capitalismo" é o esforço necessário para cobrir essa enorme lacuna entre a realidade e o modelo de mercado. Mesmo que os discursos de mercado se tornem cada vez mais difundidos, a

realidade prosaica é que o capitalismo exige uma reinvenção institucional perpétua. Não existe um Santo Graal no qual a análise neoclássica, o dogma neoliberal e o capitalismo americano realmente existente se unam em uma síntese final, livre de contradições. O trabalho de reconstrução do capitalismo é contínuo e, apesar de algumas aparências em contrário, não existe um manual de regras.

Diante do fatalismo neoliberal, essa concepção é potencialmente libertadora em termos teóricos e políticos, pois chama a atenção explicitamente para algumas das maneiras pelas quais as reconstruções progressivas desse capitalismo variegado podem ser concebidas - até a transformação do sistema, inclusive. Além disso, não há necessidade de negar as realidades não tão acomodáticas da geopolítica neoliberal ao fazer isso. Como Block (2002, 224) observou:

Há muitas variedades de capitalismo e há muitas maneiras de essas variedades serem articuladas em um sistema global. Alguns sistemas de articulação - como os favorecidos pelos neoliberais - operam para reduzir as variedades de capitalismo possíveis em nível nacional ou regional; mas outros sistemas de articulação são consistentes com uma variedade muito maior em nível nacional ou regional. Também se conclui que, assim como diferentes variedades de capitalismo podem ter níveis de desigualdade ou de insegurança econômica dramaticamente diferente para os pobres e trabalhadores, diferentes sistemas de articulação internacional podem ser mais ou menos consistentes com reformas que favoreçam as classes subordinadas.

Embora essas observações ofereçam um ponto de partida intrigante, Block (2002, 224, grifo do autor) admite prontamente que "não basta dizer que o capitalismo é um sistema construído. A tarefa é esclarecer como ele é construído: observar como um conjunto de práticas diversas e, muitas vezes, contraditórias são combinadas para produzir algo que tem a aparência de ser uma entidade natural e unificada". Fundamentalmente, essa é uma tarefa para a pesquisa concreta teoricamente informada, e é uma tarefa para a qual a geografia econômica pode contribuir positivamente, uma vez que tende a privilegiar análises sugestivas de economias realmente existentes, plena e adequadamente situadas em seu contexto histórico-geográfico. Nesse aspecto, há fortes conexões a serem feitas com o trabalho recente da antropologia econômica, no qual houve um debate produtivo sobre as construções culturais do capitalismo e dos "capitalismos locais". Aqui, o objetivo não é chafurdar na diversidade etnográfica por si só, proliferando variantes do capitalismo a torto e a direito, mas desenvolver relatos significativos e causais sobre a variedade econômica no espaço (e ao longo do tempo. "Falar de capitalismo 'guanxi', 'predatório' ou 'diaspórico'",

como observou Blim (2000, p. 33), "não é trocar metáforas, mas criar um campo e um vocabulário possíveis para descrever a variação de uma forma construtiva e causalmente interessante". Portanto, é evidente que não basta simplesmente afirmar que o capitalismo é um sistema construído localmente. A tarefa é esclarecer como essas construções locais evoluíram, como elas se cruzam e como essa sensibilidade geográfica faz diferença na forma e no funcionamento de economias capitalistas variegadas. Por sua vez, os geógrafos econômicos podem ter sido mais bem-sucedidos em convencerem-se reciprocamente sobre esses argumentos do que fazer com que suas vozes sejam ouvidas no campo mais amplo dos estudos econômicos heterodoxos.

Desconstruir os mercados, as relações de mercado e as ideologias de mercado significa confrontar a realidade confusa do comportamento econômico e das estruturas econômicas, e não assumi-las de partida. Os "atores do mercado", como observou Fligstein (2002, p. 200), "vivem em mundos obscuros", nos quais as informações nunca fluem livremente, as regras variam, as ações são mutuamente interdependentes e as motivações são sempre mistas. E, obviamente, a noção de pureza do mercado, que sugere que as relações mercantis refletem impulsos humanos inatos, é uma construção ideológica, e não uma assimilação da realidade. Explicar a produção e a utilização de diferentes roteiros de mercado - desde as histórias da nova economia do último boom americano, passando pelos discursos pós-fordistas da esquerda social-democrata, até as narrativas mestras do globalismo neoliberal, do livre comércio e dos mercados livres (ver Gibson-Graham 1996; Dicken, Peck e Tickell 1997; Kelly 1999; Thrift 2001; Sheppard 2002; Peck 2002a) - tem, portanto, um papel importante a desempenhar na tarefa mais ampla de explicar os padrões de comportamento econômico e os processos de reestruturação econômica. Essa tarefa será sempre mais confusa e inconclusiva do que os modelos limpos da economia ortodoxa nos fazem crer, pois ela precisa enfrentar a realidade de que todas as economias são híbridas, com estruturas mestiças. Isso é o que Hodgson (1984) chamou de "princípio da impureza", ou seja, que todos os sistemas econômicos mesclam e fundem elementos "mercantis" e "não-mercantis", de modo que essa distinção binária - que a NSE pode ter ajudado inadvertidamente a sustentar - se torna obsoleta. Como disse Polanyi (1957, 250):

A economia humana ... está enraizada e enredada em instituições, econômicas e não-econômicas. A inclusão do não-econômico é vital. Afinal, a religião ou o governo podem ser tão importantes para a estrutura

e o funcionamento da economia quanto as instituições monetárias ou a disponibilidade de ferramentas e máquinas que aliviam o trabalho. Portanto, o estudo da mudança do lugar ocupado pela economia na sociedade não é outra coisa senão o estudo da maneira pela qual o processo econômico é instituído em diferentes épocas e lugares.

Nesse contexto, não faz sentido categorizar as formações econômicas quanto ao seu desvio da abstração utilitarista que é a economia de mercado pura, nem construir um único eixo que vai do mercado liberal ao mercado coordenado, nem representar as redes como sinônimos ou paralelas aos mercados, nem basear as interpretações do comportamento do mercado na ficção ideológica do homo economicus, porque os que foram construídos em torno dessas posições abstratas repousam na mistificação. As contribuições de Polanyi também podem ser criticadas nesse aspecto, pois ele também se envolveu em uma discussão sobre os graus de enraizamento e desenraizamento, apontando para uma aparente tendência histórica de os sistemas de mercado se tornarem relativamente desenraizados das estruturas sociais, em contraste com as economias alternativas mais profundamente enraizadas na redistribuição e na reciprocidade. Aqueles que, de outra forma, procurariam se basear nos insights de Polanyi geralmente acham necessário esclarecer, corrigir ou contextualizar essa interpretação teórico-histórica falha (consulte Block e Somers 1984; Lie 1991; Swedberg e Granovetter 2001; Block 2003). Barber (1995, p. 400) reclama que isso dá ao mercado "um falso tipo de independência analítica e concreta", o que, por sua vez, tende a levar a "outro erro comum: o de que o mercado não só é desenraizado e independente, mas também que é a parte da sociedade que determina o resto". Evidentemente, esses erros são agravados quando o mercado é equiparado ao capitalismo americano e quando este, por sua vez, é representado como o ideal normativo em relação às economias "transitórias", "não livres", "em desenvolvimento" ou "escleróticas". É claro que essa não é apenas uma concepção neoclássica, mas também neoliberal.

Em contrapartida, uma concepção social-construtivista do mercado chama a atenção para as maneiras pelas quais os mercados, mesmo os celebrados mercados americanos, operam em um contexto específico de configurações culturais, legais, políticas e institucionais, e estão impregnados delas, dentre as quais se destacam os entendimentos compartilhados de natureza "contratual" das próprias transações mercantis. Portanto, o mercado deixa de ser o ponto privilegiado de Arquimedes, em torno do qual se organizam sistemas alternativos "mais sociais"; já não existe o ponto de Arquimedes. É difícil

superestimar a importância desse ponto para uma geografia econômica que, mesmo que vagamente, esteja ligada ao conceito de uma economia desigual, variegada e híbrida (ver Clark, 1998). Mesmo que ainda não tenha sido formalizada como tal, a economia espacialmente variegada é uma das construções fundamentais da economia heterodoxa, pós-autista e descentralizada. Mesmo que não tenham se colocado com veemência nesse contexto, os geógrafos econômicos têm muito a dizer sobre essa economia variegada, tanto teórica quanto empiricamente (consulte Massey 1984; Barnes 1996, 2003; Gibson-Graham 1996; Amin e Thrift 2003). O desafio é dar sentido às fontes macro e micro de variação - ou, como disse Massey, manter o geral assim como o particular - sem cair na armadilha dos "mil capitalismos" da teorização cultural indiscriminada (muito confusa) ou na armadilha dos "dois capitalismos" do formalismo sociológico (não suficientemente confuso). As teorias sobre a desigualdade do desenvolvimento capitalista e os conceitos sobre as especificidades das instituições locais não devem ser vistos como alternativas irreconciliáveis, mas como lados diferentes do mesmo fenômeno - a economia variegada.

Dito isso, os desafios metodológicos e teóricos que os acompanham não estão resolvidos, como demonstraram claramente alguns dos debates sobre as transformações econômicas pós-socialistas, por exemplo. A análise de Stark e Bruszt (1998) sobre a "recombinação" de capitalismos na Europa Central e Oriental, e suas formas associadas de reestruturação dependente da trajetória, fornece uma crítica contundente tanto ao neoliberalismo de "uma melhor maneira" quanto ao estruturalismo de "uma maneira inevitável". Eles também conectaram uma variedade de formas institucionais e de rede a uma série de características relativamente "estruturais" desse cenário capitalista variegado por meio de análises comparativas de capitalismos realmente existentes. "Como sociólogos com uma disposição disciplinar para explorar a variação", afirmaram Stark e Bruszt (2001, p. 1131), "vemos uma vantagem analítica real em tomar a diversidade dos capitalismos como objeto de estudo e comparar os capitalismos entre si". Uma vez que se pode dizer que muitos geógrafos econômicos têm predisposição paralela em relação à sugestiva exposição da diversidade espacial nas formas e relações econômicas, há claramente espaço para desenvolver essas abordagens sociológicas comparativas (consulte Pickles e Smith 1998). Entretanto, indubitavelmente, as diferenças permanecerão nas bases sobre as quais a "variação" está sendo estabelecida: Burawoy (2001, 1114, 1116) criticou esse trabalho por privilegiar as manifestações institucionais (superestruturais) do capitalismo e por não se

aprofundar nas questões de diversidade no nível (básico) das relações de classe e das formas de produção:

Mesmo que o capitalismo divirja em sua essência de setor para setor, de país para país, de região para região, essas divergências estão interconectadas - resultantes de processos econômicos subjacentes comuns. Para estudar esses processos econômicos *sui generis*, é preciso submeter o estudo de caminhos e trajetórias históricas a análises cuidadosas *in situ* das relações sociais reais. É difícil falar de capitalismo nacionais ou regionais independentes - como está implícito na "comparação de capitalismo" - quando a ordem global é tão interconectada. Precisamos entender como o global, seja por meio de instituições supranacionais, conexões transnacionais ou discursos pós-nacionais, tem efeitos mediados sobre o que passou a ser chamado de "local".

Aparentemente, Burawoy desejaria cortar muitas das camadas institucionais que, com tanta frequência, recebem peso explanatório tanto de sociólogos econômicos quanto de geógrafos econômicos, buscando descobrir a dinâmica capitalista generalizada que se esconde por baixo das variedades tão alardeadas. Embora o método de Burawoy também chame a atenção para as articulações globais-locais, essas articulações são vistas do outro lado do telescópio em relação àquelas que começam com a variedade. Por sua vez, Stark e Bruszt (2001, p. 1131) não se sentiram à vontade com o que caracterizaram como o "modelo unitário do capitalismo [e seu ponto de vista analítico] de fora do capitalismo". Ao mesmo tempo, o ceticismo de Burawoy chama a atenção para os riscos de uma análise relativista do capitalismo, uma vez que modelos ou diferentes variedades de capitalismo claramente existem no contexto de conexões transnacionais profundas e no desenvolvimento combinado e desigual. Afinal de contas, as declarações de hibridismo pressupõem interconexão e semelhança familiar, bem como variação local, cuja explicação e teorização podem ser vistas como uma tarefa particularmente econômico-geográfica (Peck, 2004). Como Burawoy (2001, p. 1118) perguntou retoricamente, "quantos capitalismo avançados podem existir no mundo?"

Entender os terrenos irregulares do capitalismo significa levar a sério o "enraizamento" em um sentido macrossociológico. Os construtivistas sociais insistem que as relações econômicas não devem ser reduzidas às relações mercantis, que as duas não são contíguas. Até mesmo os ambientes transacionais mais "mercantilizados" fundem o que

pode ser convencionalmente entendido como elementos mercantis e não-mercantis, da mesma forma que, muitas vezes, implicam papéis extensos - para não dizer mais profundos - para o Estado. Os projetos de construção do Estado e de construção do mercado são contínuos e estão profundamente interpenetrados (Block 1994, 2003; O'Neill 1997; Fligstein 2001). Exemplos contemporâneos especialmente vívidos dessa situação podem ser encontrados em projetos abrangentes de construção de mercado em andamento na Europa Oriental, na antiga União Soviética, na China e na União Europeia (consulte Fligstein e Mara-Drita 1996; Grabher e Stark 1997; Gerber e Hout 1998; Fligstein e Sweet 2002), enquanto o neoliberalismo também pode ser entendido como um projeto fundamentalmente estatal (Birchfield 1999; Larner 2000; Tickell e Peck 2003). No entanto, é claro que essa situação não é nada nova. Afinal de contas, a visão do mercado livre começou como uma construção utópica, como Polanyi argumentou de forma contundente; sua transformação em uma ideologia predominante e em um conjunto associado de tecnologias institucionais envolveu décadas de ação política conjunta. Nesse sentido, Polanyi (1944, 140-41) ironicamente observou: "O caminho para um mercado livre foi aberto e mantido aberto por um enorme e contínuo aumento do intervencionismo organizado e controlado centralmente. Enquanto a economia do laissez-faire foi o produto da ação deliberada do Estado, as restrições subsequentes ao laissez-faire começaram de forma espontânea." Além disso, esse caminho continua sendo percorrido, já que o processo de instalação e manutenção de mercados é contínuo, assolado por falhas de governança e transtornos imprevistos, e não focado em um destino predefinido e realisticamente alcançável. É claro que nem mesmo os lendários teóricos econômicos do século XIX tinham uma visão totalmente formada e coerente do mercado.

que estava gradualmente se tornando realidade. Não se tratava, para eles, da "utopia" explícita e completa denominada por Polanyi. Como o processo sócio-histórico criou o que hoje conhecemos como sistema de mercado de forma fragmentada, escalonada e não intencional, os teóricos e ideólogos que estavam entre os atores importantes desse processo produziram, da mesma forma, apenas fragmentos teóricos do que gradualmente se transformou em uma criação intelectual altamente estruturada que ainda tem suas funções científicas e ideológicas. As mudanças estruturais na sociedade e as novas e imensas marés ideológicas estavam a favor dos economistas, é claro, mas a história da época mostra como as mudanças sociais e científicas são lentas e difíceis. (Barber 1995, 394-5)

O manual de regras do capitalismo liberal não foi concluído no século XIX. De fato, a principal manifestação contemporânea desse projeto - o globalismo neoliberal - poderia ser descrita quase que exatamente da mesma forma: ele tem suas origens recentes em um conjunto díspar de influências "fragmentadas", incluindo a ascendência da economia da Escola de Chicago, a ascensão ao poder de políticos convictos como Reagan e Thatcher, vários experimentos com a "terapia de choque" no Chile e em outros lugares, a reconstrução geopolítica pós-Guerra Fria, a imposição de programas de ajuste estrutural, os projetos de "transição" na Europa Central e Oriental, o realinhamento ideológico das várias instituições multilaterais e o aumento do alcance das redes de "think-tanks" (consulte Larner 2000; Dezalay e Garth 2002; Sheppard 2002; Tickell e Peck 2003). A questão é que a ideologia neoliberal não estava simplesmente "lá fora", esperando para ser invocada, mas teve de ser construída, e sua ascensão ao domínio contemporâneo não foi predeterminada, mas envolveu incrementalismo, experimentação de tentativa e erro e encontros com uma série de conjunturas fortuitas ou que alteraram o caminho. Obviamente, o fato de o neoliberalismo ter a aparência de uma "força da natureza" monolítica, onipresente e inevitável é uma medida do sucesso relativo desse projeto ideológico e institucional conjunto. Sob a superfície, o neoliberalismo é uma criação mais frágil do que as aparências sugerem: sua narrativa político-econômica foi costurada a partir de uma série de fragmentos parcialmente sobrepostos, e houve a necessidade de vários ajustes no meio do caminho. De fato, o projeto do neoliberalismo parece estar cada vez mais preocupado, se não atolado, com o gerenciamento de suas "próprias" contradições, uma vez que os mecanismos institucionais de acompanhamento são repetidamente invocados como um meio de suplementar e sustentar programas falhos de mercantilização e "desregulamentação" (consulte Naim 2000; Peck e Tickell 2002).

Polanyi (1944, pp. 139, 140-41) poderia estar descrevendo os processos contemporâneos de neoliberalização quando comentou sobre a discordância entre a retórica do livre mercado e a política proativa na Inglaterra do século XIX:

Não havia nada de natural no *laissez-faire*; os mercados livres nunca poderiam ter surgido simplesmente permitindo que as coisas seguissem seu curso. Para o utilitarista típico, o liberalismo econômico era um projeto social que deveria ser colocado em prática para a felicidade do maior número possível de pessoas; o *laissez-faire* não era um método para alcançar algo, era o algo a ser alcançado. Os administradores tinham de

estar constantemente atentos para garantir o livre funcionamento do sistema. Assim, mesmo aqueles que desejavam libertar ardentemente o estado de todos os deveres desnecessários, e aqueles cuja filosofia exigia a restrição das atividades do estado, não podiam deixar de confiar ao mesmo estado os novos poderes, órgãos e instrumentos necessários para o estabelecimento do *laissez-faire*.

Se o projeto ideológico do globalismo neoliberal se baseia em uma visão (poderosa, porém enganosa) de uma economia de terraplana, composta de agentes flexíveis e de livre comércio, um contraprojeto econômico-geográfico crítico buscaria examinar estrategicamente a paisagem irregular, expor as rachaduras e fissuras - o que Block (2000) chamou de "soldas" - nesse sistema supostamente unitário. Ele chamaria a atenção para as maneiras pelas quais o desenvolvimento espacial e social desigual interrompe essa narrativa universalista; mapearia os centros de comando e as redes constitutivas do projeto; e exploraria seus flancos vulneráveis, suas fissuras de estresse e contradição, seus locais de fracasso localizado e fronteiras de extensão ativa e as geografias econômicas alternativas que estão sendo criadas tanto em seu rastro quanto em seu lugar. De fato, há sinais de que algum movimento nessa direção esteja ocorrendo (consulte Mitchell 1995, 2001; O'Neill 1997; Kodras 2001; Olds 2001a; Sheppard 2002; Brenner e Theodore 2002), embora o progresso tenha sido irregular até o momento. Essa é uma das muitas áreas em que a geografia econômica pode ter uma causa em comum com a ala socioconstrutivista da sociologia econômica (e áreas afins da antropologia econômica), que não precisa ser estabelecida em termos de sobreposição dos interesses substanciais, mas que, fundamentalmente, também pode refletir um senso emergente de convicção teórica mútua em torno do conceito de economia variegada e das geografias históricas sobre a formação de mercados.

### **Economias Variiegadas, Variiegação Econômica**

Essa convicção mútua é emergente no sentido de que as conexões entre as respectivas vertentes da sociologia econômica e da geografia econômica - nenhuma das quais, é claro, são projetos unitários - são apenas provisórias no momento. No entanto, pelo lado positivo, elas sugerem sinergias interdisciplinares potencialmente criativas no desenvolvimento de teorias e, talvez, até mesmo em programas de pesquisa concretos. Embora, no momento, a sociologia econômica socioconstrutivista possa não estar ouvindo a

geografia econômica, existe o potencial para um envolvimento. Além disso, há coisas que os geógrafos econômicos e os sociólogos econômicos podem estar dizendo mutuamente de forma útil, entre elas os fundamentos teóricos sobre os quais há alguma base para um amplo acordo. Em princípio, essa conversa pode começar em torno de qualquer uma das várias preocupações, desafios e causas compartilhadas, algumas das quais bem estabelecidas e outras que só agora estão entrando em foco. Entre os muitos pontos possíveis de engajamento, sugerimos os que seguem, que devem ser considerados como sugestivos e exemplificativos, e não prescritivos.

Em primeiro lugar, há um ceticismo amplamente compartilhado nos dois subcampos sobre a visão de mundo teórica da economia ortodoxa, o que, em termos práticos, pode ser considerado como a localização de ambos no amplo campo dos estudos econômicos heterodoxos. Nesse contexto, não é preciso ser um membro de carteirinha do movimento econômico pós-autista para concordar com os principais elementos de seu programa alternativo para a abertura progressiva da análise econômica, envolvendo, entre outras coisas, um compromisso (teórico e político) de se envolver com as economias e os problemas econômicos em toda a sua complexidade concreta e do "mundo real", privilegiando o rigor sociocientífico em detrimento do cientificismo, a adoção do pluralismo analítico e um grau adequado de humildade para enfrentar os desafios intratáveis da teoria e da prática econômica, a restauração da análise histórico-institucional – juntamente com a análise econômico-geográfica – como pilares de uma economia mais heterodoxa e um compromisso maior com a responsabilidade social e a justiça social (consulte Fullbrook, 2003). É evidente que essa postura deve ser mais do que oposicionista, porque uma posição sobre a teoria econômica que seja definida principalmente em termos de uma reação ou inversão da economia neoclássica provavelmente será distorcida e parcial. Como mostra a experiência da sociologia de rede, o resultado pode ser que o esforço permaneça nas sombras da economia ortodoxa, contornando o problema do essencialismo do mercado, em vez de desenvolver uma dinâmica independente como um programa positivo. Por outro lado, o estabelecimento de um envolvimento mais profundo com a sociologia econômica socioconstrutivista parece ir ao encontro de grande parte da prática contemporânea da geografia econômica e pode permitir que a subdisciplina reivindique algo que se aproxime de uma agenda de pesquisa coletiva – a geografia econômica socioconstrutivista? – e talvez até mesmo um objeto teórico compartilhado – a economia espacialmente variegada? Se as

economias são enraizadas qualitativamente de maneiras diferentes não apenas "sempre", mas "em todos os lugares", então há uma tarefa extremamente desafiadora para a geografia econômica, a de mapear as formações híbridas de economias reais em movimento. No momento, é lícito dizer que esses argumentos não estão sendo articulados com força no campo pós-disciplinar da economia heterodoxa.

Em segundo lugar, a geografia econômica e a sociologia econômica construtivista compartilham a preocupação de problematizar o "contexto" e a conjuntura de forma mais profunda do que a economia neoclássica ou, nesse sentido, a sociologia de redes. Em termos positivos, essa preocupação reflete um interesse mútuo por várias formas de análise econômica "integral", nas quais os mercados, em particular, e as economias, em geral, são tratados como fenômenos institucionais, construções políticas e formações específicas, tanto historicamente quanto geograficamente (ver Sunley 1996; Clark 1998; Peck 2000; Walker 2001; Jessop 2002). Ao defender um tratamento mais vigoroso e institucional do "contexto", por exemplo, Gertler (2002, 95) argumentou a favor de uma explicação da "geografia econômica do contexto" que seja distinta e desigual, embora sistemática. Não se trata de uma questão meramente semântica; o contexto precisa ser trazido à luz e teorizado de maneira mais explícita, pois relegá-lo ao segundo plano implica, simultaneamente, a marginalização de questões relacionadas à constituição espacial das economias. Assim, defender a importância do contexto não é apenas uma posição empírica, mas também uma postura teórica e metodológica. Uma das características marcantes das várias maneiras pelas quais os sociólogos de redes e os economistas institucionais procuraram descongelar os parâmetros não-econômicos da economia, para destacar a inserção social e institucional dos processos de "mercado", é que eles fizeram isso, em sua maior parte, sem teorizar simultaneamente a constituição espacial desses fenômenos<sup>12</sup>. Geralmente, a forma pouco teorizada com que denominações como "regional", "local" e "nacional" são aplicadas a fenômenos, como distritos industriais, modos de regulamentação, sistemas de aprendizagem, regimes de governança, sistemas de inovação,

---

12 E quando a variação espacial é reconhecida, muitas vezes ela é reduzida a um ruído, a categorias estilizadas e binárias ou, pior ainda, a uma imperfeição friccional. Na análise de DiMaggio e Powell (1983, 148) sobre o isomorfismo institucional, por exemplo, a preocupação é com a destruição da variedade, com o "impulso inexorável em direção à homogeneização". A geografia econômica precisa confrontar esses argumentos (formidáveis) e não presumir que a desigualdade e a variação são características fundamentais e evidentes da vida econômica. Precisamos convencer os outros sobre esse ponto, não apenas a nós mesmos.

variedades de capitalismo e assim por diante, gerou críticas por parte dos geógrafos. No entanto, realisticamente falando, ainda há muito a ser feito para converter esse ceticismo em um programa de pesquisa teórica positiva e convencer os sociólogos econômicos e economistas heterodoxos de que essas preocupações são substanciais, e não secundárias ou, pior ainda, meras distinções semânticas ou artigos de fé (geográficos). Em alguns aspectos, isso representa tanto o desafio mais significativo quanto a maior oportunidade para que os geógrafos econômicos deixem sua marca na economia heterodoxa. Fundamentalmente, é o desafio de explicar a variedade econômica, incluindo sua origem e relevância, em vez de tomá-la como um ponto de partida pré-dado e não questionado. Sociólogos macroeconômicos estão amplamente convencidos de que a história importa nesse aspecto, mas ainda se engajaram pouco com a questão de como a geografia pode ser relevante (embora veja-se Arrighi 1994). Demonstrar como o contexto geográfico é relevante, naturalmente, exige abandonar a ideia de que os efeitos de, por exemplo, regimes de gênero, culturas de produção ou sistemas de governança, são meramente “contextuais”. Em vez disso, é preciso demonstrar seus efeitos constitutivos, e não apenas afirmá-los ou presumí-los.

Em terceiro lugar, um conjunto paralelo de argumentos pode ser construído sobre a (construção social da) escala, que tem sido um foco significativo de esforço teórico na geografia econômica nos últimos anos e tem permitido que os geógrafos falem de maneiras distintas nos debates sobre a globalização (ver Swyngedouw 2000; Brenner 2001), mas quase não penetrou na discussão mais ampla sobre a construção social dos processos econômicos. Há uma ressonância reveladora entre as críticas geográficas das narrativas convencionais da globalização - que questionam a invocação frequente de uma zona ostensivamente "lá fora" de forças de mercado não regulamentadas, universais e não mediadas - e as críticas sociológicas das narrativas econômicas ortodoxas - que questionam a ideia de uma esfera ostensivamente separada de ação indiferenciada e puramente racional. Como as críticas revelaram, essas duas construções ortodoxas reciclam o mito de uma economia desencaixada e sem lugar definido (Peck 2002b). Esses tropos ortodoxos chegaram até mesmo a análises fortemente heterodoxas. Por exemplo, Jessop (2002, p. 212) afirmou que "estamos testemunhando uma nova rodada de desenraizamento associado à globalização - um processo complexo, multiescalar e multifacetado que está reforçando o momento abstrato-formal do valor de troca ... às custas de um valor de uso substancial e

material", embora ele tenha observado que esses processos de desenraizamento aparentemente flutuantes também parecem, paradoxalmente, terem sido construídos em bases espaço-temporais específicas. Se, como Barber (1995) e outros têm insistido, todas as economias são enraizadas, a economia global não é exceção, mas ainda há muito trabalho a ser feito de forma convincente para desmontar os binarismos ortodoxos de mercado global/abstrato/desenraizado versus mercado local/concreto/enraizado, sobre os quais se baseiam tantos comentários contemporâneos (Escobar, 2001). Estrategicamente útil a esse respeito é o trabalho que se propõe a descobrir a constituição local e socioespacial de processos ostensivamente "globais" (ver, por exemplo, Olds 2001b; Sheppard 2002) ou que problematiza formas explicitamente transnacionais e extralocais de enraizamento e institucionalização econômica (ver, por exemplo, Wright 1999; Mitchell 2001). Há também um trabalho importante a ser feito na desnaturalização de termos consagrados como economia nacional ou sistema de produção local (consulte Radice 1984; Mitchell 1998; Jessop 1999), para revelar a natureza construída (e repetidamente reconstruída) de tais categorias.

Em quarto lugar, em termos do conteúdo substantivo do trabalho que pode facilitar um diálogo interdisciplinar ampliado, muito mais pode ser feito para explorar as geografias históricas na criação de mercados e na construção do estado, em diversas escalas e em diversos contextos espaciais (comparativos), e para examinar a (re)construção social das instituições econômicas de forma mais geral. O trabalho geográfico nesse sentido poderia contribuir de maneira útil e ampla para o projeto de desnaturalização dos fenômenos econômicos, ao mesmo tempo em que aprofunda o conteúdo teórico e empírico das costumeiras afirmações socioeconômicas sobre o papel do "contexto" no comportamento econômico. Os sociólogos econômicos produziram muitas das contribuições seminais sobre a criação de mercados (ver Smith, 1989; Block, 1990; Evans, 1995; Abolafia, 1996; Fligstein, 2001), embora as questões relacionadas à constituição espacial e escalar desses projetos de criação de mercados desempenhem apenas papéis triviais nesses relatos, a maioria dos quais são espaciais ou implicitamente centrados na nação. Aqui, os fenômenos geográficos são reduzidos, em sua maior parte, a unidades de dados ou locais de estudo de caso, em vez de serem considerados locais para teorização (embora veja Somers, 2001), o que sugere que ainda há um trabalho criativo conceitual e concreto a ser feito nessa interface. Mas os silêncios não estão apenas do lado da sociologia econômica: estranhamente, os

mercados – mesmo os socialmente construídos – não têm recebido uma quantidade significativa de atenção na geografia econômica contemporânea (ver Sheppard 2000). É preocupante que essa omissão signifique que as grandes questões sobre mercados e sua teorização estejam sendo tratadas em outro lugar. Se o mercado é amplamente ignorado, se é um conceito ausente na geografia econômica, então sua reprodução ortodoxa está sendo sancionada pelo não-envolvimento.

Em quinto e último lugar, uma conversa animada sobre a economia variegada e socialmente construída não precisa (e não deve) ser um exercício exclusivamente intelectual, mas deve ser articulada de modo a abrir possibilidades políticas e teóricas. Como insistiu Block (2000), a tarefa de desconstruir o edifício do globalismo neoliberal é, ao mesmo tempo, a de prever sua reconstrução progressiva e contínua. Essa postura pode ser compatível com muitos tipos de programas políticos, desde os reformistas até os radicais, embora a abordagem de Block seja especialmente sugestiva, pois une os processos de reconstrução teórica e política:

A democracia social e as visões mais à esquerda do liberalismo do New Deal baseavam-se na premissa de que o capitalismo era um sistema natural cuja lógica poderia ser controlada pelas pressões compensatórias de um estado forte. É como se o capitalismo fosse semelhante a um sistema fluvial que se espera inundar a cada primavera, de modo que os reformadores se propuseram a construir um complexo mecanismo de diques e canais para evitar os danos causados pelas enchentes. A política desconstrutiva que estou imaginando não é antiestatal: ela continua a contar com a força do estado de várias maneiras [por exemplo] para impor controles sobre a mobilidade internacional do capital e para fazer valer a tributação progressiva. No entanto, a política desconstrutiva é capaz de conceber mecanismos muito mais descentralizados para a prestação de serviços sociais, a construção de infraestrutura, a garantia da criação de empregos adequados e assim por diante, porque não é mais necessário construir o estado central como o único poder de compensação para um capitalismo que funciona como a força da natureza. [Embora as estratégias de reforma social-democrata tenham visto o estado como uma força contrária e necessária ao poder do capitalismo como um sistema natural, a política desconstrutiva faz mais uso de uma estratégia de "jiu-jítsu" na qual o peso e a força do próprio oponente se tornam fontes de fraqueza. (Block 2000, 96-97)

Não é preciso concordar com as particularidades de tais programas políticos para reconhecer as possibilidades criativas que poderiam ser abertas ao se desnaturalizar o globalismo neoliberal e o fundamentalismo do livre mercado. Desafiar as ortodoxias

econômicas é um componente importante dessa tarefa mais ampla, principalmente porque representa um dos elementos constitutivos da hegemonia econômica contemporânea. E, em vez de simplesmente continuar a antecipar a crise terminal há muito adiada, ela pode ajudar no pensamento transformador e libertador quando estiver conectada a tentativas intencionais de pensar fora da caixa neoliberal. "Como o capitalismo não é um sistema social coerente com uma lógica própria", enfatizou Block (2000, p. 97), "mas sim um conjunto contraditório de práticas que atribuem artificialmente unidade e coerência às ideologias de mercado, é impossível saber com antecedência quando deixaremos o terreno do capitalismo para trás". Portanto, esse pode ser um ponto de partida (relativamente concreto). E, embora as sementes desse projeto propositalmente desconstrutivo tenham sido plantadas na geografia econômica, seu potencial ainda não foi totalmente desenvolvido (Larner e Le Heron, 2002).

### **Conclusão: falando claro**

Não há uma resposta única ou conclusiva sobre com quem a geografia econômica deve "brincar", e talvez não importe, pois nessa subdisciplina cada vez mais pluralista e descentralizada, há geógrafos econômicos brincando em todos os lugares. No entanto, certamente fará diferença se a geografia econômica se fragmentar, se o todo coletivo se tornar menos do que a soma das partes atomizadas, se houver um resvalo para o relativismo. Em retrospecto, alguns dos momentos mais criativos da subdisciplina nos últimos anos ocorreram quando um impulso coletivo foi gerado em torno de um projeto compartilhado - pense, por exemplo, no trabalho do início da década de 1980 sobre reestruturação industrial (Bluestone e Harrison, 1982; Massey e Meegan, 1982; Scott e Storper, 1986) ou nas contribuições do início da década de 1990 sobre o pós-fordismo (Storper e Scott, 1992; Amin, 1994). Nenhum desses episódios foi ancorado exclusivamente na geografia econômica, mas, em vez disso, aproveitaram e contribuíram para a energia de empreendimentos interdisciplinares. Durante as duas últimas décadas, esses esforços tiveram relativamente pouco a ver com a economia ortodoxa e muito mais com o grupo indisciplinado e variado de pequenos economistas que se descrevem como sociólogos industriais, economistas políticos, teóricos da regulamentação, economistas evolucionários ou sociólogos econômicos. É claro que a sociologia não foi a única influência aqui, e pode até não ter sido a principal, mas os compromissos com a sociologia certamente foram produtivos. Assim, em meados da década de 1980 houve o que pode ser chamado de

momento lancasteriano, concentrado em grande parte na sociologia britânica, um encontro que, entre outras coisas, foi associado ao debate sobre localidades, ao "gênero" da geografia econômica e a uma série de avanços no pensamento sobre a relação entre "as relações sociais e as estruturas espaciais" (consulte Gregory e Urry 1985; Cooke 1989; Bagguley et al. 1990). No final da década de 1980 e início da década de 1990, a atenção se voltou para a sociologia italiana e francesa, à medida que os debates sobre especialização flexível e distritos industriais passaram a ocupar o centro do palco - o momento neommarshalliano (consulte Pyke, Becattini e Sengenberger 1990; Storper e Scott 1992; Barbera 2002; Whitford 2001). E, no período subsequente, o que pode ser caracterizado como o momento granovetteriano da geografia econômica, com foco na sociologia americana, foi associado a um grande número de trabalhos sobre enraizamento, instituições e redes (consulte Grabher 1993; Amin e Thrift 1994; Lee e Wills 1997; Dicken, Kelly, Olds e Yeung 2001). Todos esses momentos de engajamento, em outras palavras, deixaram marcas importantes e foram associados a trabalhos variegados na geografia econômica que foram criativos, não derivativos. Mas o sucesso da geografia econômica em "responder" à sociologia, em suas diversas formas, tem sido mais instável. Embora os engajamentos da década de 1980 e do início da década de 1990 tenham sido diálogos genuínos em muitos aspectos, a relação com a sociologia de redes tem sido mais distante e assimétrica. É possível que os geógrafos econômicos tenham tido menos conteúdo para contribuir com o projeto da sociologia de redes, mas também é preciso reconhecer que esse projeto foi muito mais absorvido, em primeiro lugar, por sua relação não correspondida com a economia e, em segundo lugar, por questões internas de criação de instituições acadêmicas. Mais fundamentalmente, a forma controlada e limitada com que a sociologia de rede procurou "trazer o contexto social" reduziu seriamente o terreno em que as contribuições geográficas poderiam ter sido feitas. A geografia econômica também se encontra posicionada nas bordas imprecisas dessa ótica das redes.

Mas, assim como a geografia econômica, a sociologia econômica está longe de ser um empreendimento monológico. Enquanto a sociologia de rede constitui o núcleo contestado da última, as formas nascentes da geografia de rede (ainda?) não se uniram em um projeto teórico consolidado. Em alguns aspectos, o momento granovetteriano pode já estar dando lugar a um momento latouriano, à medida que a análise de redes de variedades comuns é substituída pela teoria do ator-rede e à medida que as colônias da TAR proliferam na subdisciplina. Embora muitas dessas linhas de pesquisa tenham sido frutíferas, há um

reconhecimento cada vez maior da necessidade de se reorientar para além da ótica da rede, mesmo quando se baseia em algumas dessas percepções (Henderson et al. 2001; Sayer 2002; Smith et al. 2003). Já sugerimos aqui que uma maneira de o fazer - ir além do estudo das relações enraizadas e similares a redes nos mercados - é envolver-se mais seriamente com questões teóricas e substanciais sobre a construção social dos mercados e das economias em geral. Devemos ter cuidado com as divisões académicas de trabalho que colocam os mercados fora de alcance. Por outro lado, o reconhecimento do "princípio da impureza" (Hodgson, 1984) por parte da economia heterodoxa abre significativos horizontes para o potencial engajamento da geografia económica. Economias mestiças também são (necessariamente?) economias espacialmente variegadas. Se as relações de mercado realmente estão enraizadas, em um sentido mais do que trivial, então as explorações de fenômenos económicos instituídos, desigualmente desenvolvidos e híbridos -- o que pode ser chamado de "geografias densas" de formações económicas, conjunturas e paisagens espacialmente constituídas -- têm um papel analítico e político a desempenhar. Nesse ponto, pode-se ter uma causa em comum com os sociólogos económicos heterodoxos que têm procurado "adensar" e reteorizar conceitos polanyianos, como a enraizamento, a partir de uma série de perspectivas teóricas (ver Burawoy, 2003; Silver e Arrighi, 2003; Krippner et al., 2004). Para tanto, é preciso fazer mais do que pegar as migalhas da mesa da economia ortodoxa, ou seja, usar os ingredientes dos estudos económicos heterodoxos de forma radicalmente diferente. Como Lie (1991, 227, 230) afirmou:

As variáveis consideradas "friccionais" na estrutura neoclássica - relações sociais e grupos, normas e regras, alianças e conflitos, poder e controle - tornam-se objetos de análise [na sociologia económica]. . Ao levar a sério a tese do enraizamento, podemos transpor o véu ideológico do mercado para revelar as distintas organizações sociais envolvidas no intercâmbio de mercadorias. Por que deveríamos misturar o comércio entre indivíduos em mercados de pulgas de fim de semana com a transação entre corporações transnacionais e analisá-los de acordo com o mesmo critério conceitual? Em vez de presumir a mão invisível, deveríamos investigar as relações sociais concretas daqueles que compram e vendem: a mão visível do mercado.

Várias contribuições pós-estruturalistas para a geografia económica começaram a fazer, cada uma a seu modo, esse tipo de pergunta (ver Barnes, 1996; Gibson-Graham, 1996; Pickles e Smith, 1998; Amin e Thrift, 2003), mas há espaço para ampliar esse esforço. A economia política – não o estereótipo desajeitado que frequentemente circula na literatura,

mas a economia política dinâmica e heterodoxa – deve ser vista como aliada nesse esforço, não como inimiga. Se existe um inimigo, ele certamente assume uma forma diferente – no fatídico nexos entre a economia neoclássica e a política neoliberal. Se a geografia econômica quiser contribuir para desafiar essas ortodoxias arraigadas, ela precisará encontrar e criar causas comuns, mesmo que continue sendo um projeto pluralista. Como um gesto nessa direção, argumentamos aqui que ainda há muito a ser aprendido – tanto negativa quanto positivamente – com a sociologia econômica. Uma apreciação enriquecida das fronteiras movimentadas e dos becos sem saída da NSE pode ser útil não apenas por si só, mas como uma forma de a geografia econômica ter melhor noção de si mesma e de alguns de seus possíveis futuros. Fundamentalmente, esse processo deve envolver uma avaliação cuidadosa das ideias, estruturas, construções e sensibilidades que podem ser "importadas" de forma útil para a subdisciplina da geografia econômica, mas também deve envolver outros aspectos. Deve envolver a descoberta de um terreno mais adequado para diálogos construtivos e críticos. Deve envolver o desenvolvimento de nossos próprios conceitos de viagem, emoldurados no contexto de uma série de projetos teóricos transdisciplinares e de problemáticas compartilhadas. Como a geografia econômica continua a procurar uma voz na conversa interdisciplinar, ela bem poderia se concentrar em algumas das maneiras pelas quais podemos dialogar com diferentes partes da sociologia econômica e da economia heterodoxa. Talvez esses possíveis companheiros de viagem não estejam ouvindo muito no momento, mas pelo menos eles têm ouvidos.

Em contrapartida, a conversa hesitante da geografia econômica com a economia parece destinada a permanecer um "diálogo de surdos" (Agnew, 2002, p. 585). Até mesmo as tentativas mais construtivas de iniciar essa conversa, como o *Journal of Economic Geography*, parecem estar apenas confirmando essa irreconciliabilidade subjacente. Os editores da publicação concluíram de forma bastante sóbria que a mensagem do padrão de envio de manuscritos era "o abismo entre os dois grupos continua grande", uma vez que as contribuições dos economistas geográficos "tendem a refletir a visão de mundo da economia neoclássica"; enquanto as dos geógrafos econômicos "são mais ecléticas na abordagem, mais dispostas a aceitar conceitualizações alternativas que proporcionem novos insights, mas menos dispostas a sacrificar o realismo empírico pelo universalismo abstrato" (Arnott e Wrigley 2003, 2). Basicamente, significa que as disciplinas estão falando entre si; de forma mais pessimista, pode significar que há pouca perspectiva de um relacionamento produtivo.

As falhas de comunicação em série entre a economia ortodoxa e a geografia econômica refletem diferenças fundamentais de metodologia e prática teórica, que podem beirar a incompatibilidade total. A economia, por sua vez, procura fazer do conservadorismo e da exclusividade uma virtude, sendo suas instituições centrais dedicadas à preservação de uma monocultura intelectual bem isolada (veja Mirowski 1990, 2002). De certa forma, o estudo da economia se desenraizou do restante das ciências sociais de uma maneira que ecoa a concepção ortodoxa do mercado desenraizado (Lie 1991; Peck 2002b). Aparentemente atolados no contexto, com sujeira nas mãos, não é de se admirar que os geógrafos econômicos não estejam sendo ouvidos nos departamentos de economia. Eles nem sequer estão falando a mesma língua.

Por sua vez, Agnew (2002, p. 584) afirmou que uma união com a ciência sombria seria um "casamento infeliz". Seria também um relacionamento profundamente assimétrico, no qual um dos parceirosalaria mais e não ouviria muito. Talvez seja hora de reconhecer que as perspectivas aqui são limitadas e que não se trata apenas de uma questão de aparência superficial, mas de caráter subjacente. Ganhar o respeito, e até mesmo a atenção, da economia ortodoxa não envolveria apenas aprender a falar sua língua; muito mais sério, significaria renunciar ao que há de mais próximo de um "fato" econômico-geográfico básico – o reconhecimento de um cenário econômico institucionalmente desordenado e espacialmente variegado. O conceito fundamentalmente 'ageográfico' da economia ortodoxa, como Marshall Sahlins (1972, p. 127) disse certa vez, é "separar o princípio da maximização individual de seu contexto burguês e espalhá-lo pelo mundo". Certamente, haverá um alto preço a pagar se a única maneira de se envolver com a economia ortodoxa for em seus próprios termos, já que isso implicaria abandonar muito do que defendem as ciências sociais críticas e diacrônicas. Além disso, o argumento de que o espaço e o lugar estão associados a consequências constitutivas para o funcionamento das economias contradiz frontalmente o reducionismo anticontextualista dos economistas à "localização" abstrata e sua predisposição ao universalismo. Isso representa uma negação do cenário econômico variegado no qual os geógrafos econômicos exercem seu ofício.

Além de medir a distância entre pontos economicamente significativos no mapa e pesar os termos de troca, pode haver poucas tarefas para os geógrafos econômicos na planície sem características invocada pela economia ortodoxa. Trabalhar nesse ambiente inóspito remete os geógrafos econômicos – juntamente com os historiadores econômicos,

antropólogos econômicos e sociólogos econômicos – a um papel intelectualmente desqualificado, prisioneiros do que Polanyi (1977, XL) caracterizou como a "cela de borracha dos conceitos autodestrutivos". Ainda que esse esquema possa ser atraente para alguns, as práticas atualmente constituídas da geografia econômica parecem mais sintonizadas com o processo mais prosaico de lidar com as "realidades" econômicas. Uma sensibilidade econômico-sociológica parece ser fundamentalmente mais compatível com essas práticas, permitindo a comparação (teoricamente informada e esclarecedora) das "instituições econômicas de diferentes períodos e regiões sem correr o risco de impor aos fatos a forma de mercado das coisas" (Polanyi 1977, XL). Sugeriu-se aqui que os geógrafos econômicos têm muito a ganhar ao iniciar conversas com aqueles em campos, como a sociologia macroeconômica, que rejeitaram inequivocamente o essencialismo do mercado, em todas as suas formas. No entanto, na medida em que a dinâmica comparativa de economias institucionalmente situadas representa uma preocupação séria na geografia econômica contemporânea, é provavelmente justo dizer que os compromissos teóricos correspondentes foram adotados apenas de forma ambígua e parcial. Será que chegou a hora de se comprometer?

## Referências

ABOLAFIA, M. *Making markets: Opportunism and restraint on Wall Street*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1996.

AGNEW, J. A. Review of *A companion to economic geography* and *The Oxford handbook of economic geography*. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 92, p. 584–588, 2002.

ALBERT, M. *Capitalism against capitalism*. New York: Four Walls Eight Windows, 1993.

ALEXANDER, J. C. Some remarks on "agency" in recent sociological theory. *Perspectives*, v. 15, p. 1–4, 1992.

AMIN, A., ed. *Post-Fordism: A reader*. Oxford, U.K.: Blackwell, 1994.

AMIN, A.; HAUSNER, J. Interactive governance and social complexity. In: AMIN, A.; HAUSNER, J., eds. *Beyond market and hierarchy: Interactive governance and social complexity*. Cheltenham, U.K.: Edward Elgar, 1997. p. 1–31.

AMIN, A.; THRIFT, N. J. Neo-Marshallian nodes in global networks. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 16, p. 571–587, 1992.

---

\_\_\_\_\_. Globalization, institutions and regional development in Europe. Oxford, U.K.: Oxford University Press, 1994.

\_\_\_\_\_. Institutional issues for the European regions: From markets and plans to socioeconomics and powers of association. *Economy and Society*, v. 24, p. 41–66, 1995.

\_\_\_\_\_. What sort of economics for what sort of economic geography. *Antipode*, v. 32, p. 4–9, 2000.

\_\_\_\_\_. The cultural economy reader. Oxford, U.K.: Blackwell, 2003.

ARNOTT, R.; WRIGLEY, N. Two years on. *Journal of Economic Geography*, v. 3, p. 1–3, 2003.

ARRIGHI, G. The long twentieth century: Money, power, and the origins of our times. London: Verso, 1994.

\_\_\_\_\_. Braudel, capitalism, and the new economic sociology. *Review*, v. 24, p. 107–123, 2001.

BAGGULEY, P.; MARK-LAWSON, J.; SHAPIRO, D.; URRY, J.; WALBY, S.; WARDE, A. Restructuring: Place, class and gender. London: Sage, 1990.

BARBER, B. Absolutization of the market: Some notes on how we got from there to here. In: DWORKIN, D.; BERMAUT, G.; BROWN, P., eds. *Markets and morals*. Washington, D.C.: Hemisphere, 1977. p. 15–31.

\_\_\_\_\_. All economies are “embedded”: The career of a concept, and beyond. *Social Research*, v. 62, p. 387–413, 1995.

BARBERA, F. Economic sociology in Italy: Past and present. *International Review of Sociology*, v. 12, p. 145–157, 2002.

BARNES, T. J. Logics of dislocation: Models, metaphors and meanings of economic space. New York: Guilford Press, 1996.

\_\_\_\_\_. On theory, history, and anoraks. *Antipode*, v. 33, p. 162–167, 2001a.

\_\_\_\_\_. Retheorizing economic geography: From the quantitative revolution to the cultural turn. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 91, p. 546–565, 2001b.

\_\_\_\_\_. Critical notes on economic geography from an aging radical. Or notes on economic geography from a critical age. *ACME*, v. 1, p. 8–14, 2002.

\_\_\_\_\_. Between the rock of culture and the hard place of economy: Toward a hybrid economic geography. Manuscrito não publicado, Department of Geography, University of British Columbia, Vancouver, 2003.

BARNES, T. J.; SHEPPARD, E. S. Is there a place for the rational actor? A geographical critique of the rational choice paradigm. *Economic Geography*, v. 68, p. 1–21, 1992.

BARON, J. N.; HANNAN, M. T. The impact of economics on contemporary sociology. *Journal of Economic Literature*, v. 32, p. 1111–1146, 1994.

BECKER, G. The economic approach to human behavior. Chicago: University of Chicago Press, 1976.

BECKERT, J. What is sociological about economic sociology? Uncertainty and the embeddedness of economic action. *Theory and Society*, v. 25, p. 803–840, 1996.

BECKERT, J.; SWEDBERG, R. The return of economic sociology in Europe. *European Journal of Social Theory*, v. 4, p. 379–386, 2001.

BERGER, S.; DORE, R., eds. National diversity and global capitalism. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1996.

BIGGART, N. W., ed. Readings in economic sociology. Oxford, U.K.: Blackwell, 2002.

BIRCHFIELD, V. Contesting the hegemony of market ideology: Gramsci's "good sense" and Polanyi's "double movement." *Review of International Political Economy*, v. 6, p. 27–54, 1999.

BLIM, M. Capitalisms in late modernity. *Annual Reviews of Anthropology*, v. 29, p. 25–38, 2000.

BLOCK, F. Postindustrial possibilities: A critique of economic discourse. Berkeley: University of California Press, 1990.

\_\_\_\_\_. Contradictions of self-regulating markets. In: MENDELL, M.; SALÉE, D., eds. *The legacy of Karl Polanyi: Market, state and society at the end of the twentieth century*. New York: St. Martin's Press, 1991. p. 86–106.

\_\_\_\_\_. The roles of the state in the economy. In: SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R., eds. *The handbook of economic sociology*. Princeton, N.J. and New York: Princeton University Press and Russell Sage Foundation, 1994. p. 691–710.

\_\_\_\_\_. The vampire state, and other myths and fallacies about the U.S. economy. New York: New Press, 1996.

\_\_\_\_\_. Deconstructing capitalism as a system. *Rethinking Marxism*, v. 12, p. 83–98, 2000.

\_\_\_\_\_. Rethinking capitalism. In: BIGGART, N. W., ed. *Readings in economic sociology*. Oxford, U.K.: Blackwell, 2002. p. 219–230.

---

\_\_\_\_\_. Karl Polanyi and the writing of *The great transformation*. *Theory and Society*, v. 32, p. 1–32, 2003.

BLOCK, F.; SOMERS, M. R. Beyond the economic fallacy: The holistic science of Karl Polanyi. In: SKOCPOL, T., ed. *Vision and method in historical sociology*. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press, 1984. p. 47–84.

BLUESTONE, B.; HARRISON, B. The deindustrialization of America: Plant closings, community abandonment, and the dismantling of basic industry. New York: Basic Books, 1982.

BOGGS, J. S.; RANTISI, N. M. The relational turn in economic geography. *Journal of Economic Geography*, v. 3, p. 109–116, 2003.

BOURDIEU, P. Making the economic habitus: Algerian workers revisited. *Ethnography*, v. 1, p. 17–41, 2000.

BOWLES, S. Review of *The handbook of economic sociology*. *Contemporary Sociology*, v. 24, p. 304–307, 1995.

BRENNER, N. The limits to scale? Methodological reflections on scalar structuration. *Progress in Human Geography*, v. 25, p. 591–614, 2001.

BRENNER, N.; THEODORE, N., eds. *Spaces of neoliberalism*. Oxford, U.K.: Blackwell, 2002.

BURAWOY, M. The politics of production: Factory regimes under capitalism and socialism. London: Verso, 1985.

\_\_\_\_\_. Neoclassical sociology: From the end of communism to the end of classes. *American Journal of Sociology*, v. 106, p. 1099–1120, 2001.

\_\_\_\_\_. For a sociological Marxism: The complementary convergence of Antonio Gramsci and Karl Polanyi. *Politics and Society*, v. 31, p. 193–261, 2003.

CALLON, M. Introduction: The embeddedness of economic markets in economics. In: CALLON, M., ed. *The laws of the market*. Oxford, U.K.: Blackwell, 1998. p. 1–57.

CHRISTOPHERSON, S. Why do national labor market practices continue to diverge in the global economy? The “missing link” of investment rules. *Economic Geography*, v. 78, p. 1–20, 2002.

CLARK, G. L. Stylized facts and close dialogue: Methodology in economic geography. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 88, p. 73–87, 1998.

CLARK, G. L.; FELDMAN, M. P.; GERTLER, M. S., eds. *The Oxford handbook of economic geography*. Oxford, U.K.: Oxford University Press, 2000.

---

COLEMAN, J. S. *Foundations of social theory*. Cambridge, Mass.: Belknap Press, 1990.

\_\_\_\_\_. A rational choice perspective on economic sociology. In: SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R., eds. *The handbook of economic sociology*. Princeton, N.J.; New York: Princeton University Press and Russell Sage Foundation, 1994. p. 166–187.

COLLINS, R. Review of *The handbook of economic sociology*. *Contemporary Sociology*, v. 24, p. 300–304, 1995.

\_\_\_\_\_. The multiple fronts of economic sociology. *Economic Sociology Editorial Series*. Available online: <http://www.gsm.uci.edu/econsoc/Collins.html>.

COOKE, P., ed. *Localities*. London: Unwin Hyman, 1989.

COOKE, P.; MORGAN, K. *The associational economy*. Oxford, U.K.: Oxford University Press, 1998.

CROUCH, C.; FARRELL, H. Breaking the path of institutional development? Alternatives to the new determinism. *Discussion Paper 02/5*. Cologne, Germany: Max-Planck-Institut für Gesellschaftsforschung, 2002.

CROUCH, C.; STREECK, W., eds. *Political economy of modern capitalism: Mapping convergence and diversity*. Thousand Oaks, Calif.: Sage, 1997.

DAVERN, M. E.; EITZEN, D. S. Economic sociology: An examination of intellectual exchange. *American Journal of Economics and Sociology*, v. 54, p. 79–88, 1995.

DEBATING ECONOMIC GEOGRAPHY: (More than) responses to Amin and Thrift. *Antipode*, v. 33, p. 147–227, 2001.

DEZALAY, Y.; GARTH, B. G. *The internationalization of palace wars: Lawyers, economists, and the contest to transform Latin American states*. Chicago: University of Chicago Press, 2002.

DICKEN, P. *Global shift: Transforming the world economy*. London: Chapman, 1998.

DICKEN, P.; KELLY, P.; OLDS, K.; YEUNG, H. W.-C. Chains and networks, territories and scales: Towards an analytical framework for the global economy. *Global Networks*, v. 1, p. 89–112, 2001.

DICKEN, P.; PECK, J.; TICKELL, A. Unpacking the global. In: LEE, R.; WILLS, J., eds. *Geographies of economies*. London: Arnold, 1997. p. 158–166.

DICKEN, P.; THRIFT, N. J. The organization of production and the production of organization: Why business enterprises matter in the study of geographical industrialization. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 17, p. 279–291, 1992.

DIMAGGIO, P.; POWELL, W. W. The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, v. 48, p. 147–160, 1983.

DISCUSSION OF REGIONAL ADVANTAGE: Culture and competition in Silicon Valley and Route 128 by AnnaLee Saxenian. *Economic Geography*, v. 71, p. 199–207, 1995.

DOBBIN, F. *Forging industrial policy*. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press, 1994.

DORE, R. *Taking Japan seriously*. London: Athlone Press, 1987.

\_\_\_\_\_. *Stock market capitalism: Welfare capitalism—Japan and Germany versus the Anglo-Saxons*. Oxford, U.K.: Oxford University Press, 2000.

DURKHEIM, E. *The rules of sociological method*. Chicago: University of Chicago Press, 1938.

EBBINGHAUS, B.; MANOW, P. Introduction: Studying varieties of capitalism. In: EBBINGHAUS, B.; MANOW, P., eds. *Comparing welfare capitalism: Social policy and political economy in Europe, Japan and the USA*. London: Routledge, 2001. p. 1–24.

ELSTER, J. *Nuts and bolts for the social sciences*. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press, 1989.

EMIRBAYER, M.; GOODWIN, J. Network analysis, culture, and the problem of agency. *American Journal of Sociology*, v. 103, p. 271–307, 1994.

ESCOBAR, A. Culture sits in places: Reflections on globalism and subaltern strategies of localization. *Political Geography*, v. 20, p. 139–174, 2001.

EVANS, P. *Embedded autonomy: States and industrial transformation*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1995.

FLIGSTEIN, N. *The architecture of markets: Economic sociology of twenty-first century societies*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2001.

\_\_\_\_\_. Markets as politics: A political-cultural approach to market institutions. In: BIGGART, N. W., ed. *Readings in economic sociology*. Oxford, U.K.: Blackwell, 2002. p. 197–218.

FLIGSTEIN, N.; MARA-DRITA, I. How to make a market: Reflections on attempts to create a single unitary market in the European Community. Paper presented at the annual meeting of the American Sociological Association, Pittsburgh, 20–24 August, 1992.

\_\_\_\_\_. How to make a market: Reflections on attempts to create a single market in the European Union. *American Journal of Sociology*, v. 102, p. 1–33, 1996.

FLIGSTEIN, N.; SWEET, A. S. Constructing politics and markets: An institutionalist account of European integration. *American Journal of Sociology*, v. 107, p. 1206–1243, 2002.

FRANK, R. The political economy of preference falsification: Kuran's private truths, public lies. *Journal of Economic Literature*, v. 34, p. 115–123, 1996.

FULLBROOK, E. (Ed.). *The crisis in economics*. London: Routledge, 2003.

GEERTZ, C. *Peddlers and princes: Social development and economic change in two Indonesian towns*. Chicago: University of Chicago Press, 1963.

GERBER, T. P.; HOUT, M. More shock than therapy: Market transition, employment, and income in Russia, 1991–1995. *American Journal of Sociology*, v. 104, p. 1–50, 1998.

GERTLER, M. S. Tacit knowledge and the economic geography of context, or the undefinable tacitness of being (there). *Journal of Economic Geography*, v. 3, p. 75–99, 2002.

GERTLER, M. S. *Manufacturing culture: The governance of industrial practice*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

GERTLER, M. S.; WOLFE, D. A. (Eds.). *Innovation and social learning: Institutional adaptation in an era of technological change*. Basingstoke: Macmillan/Palgrave, 2002.

GIBSON-GRAHAM, J. K. *The end of capitalism (as we knew it): A feminist critique of political economy*. Oxford: Blackwell, 1996.

GRABHER, G. (Ed.). *The embedded firm: On the socioeconomics of industrial networks*. London: Routledge, 1993.

GRABHER, G.; STARK, D. Organizing diversity: Evolutionary theory, network analysis and postsocialism. *Regional Studies*, v. 31, p. 533–544, 1997.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: The problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, v. 91, p. 481–510, 1985.

GRANOVETTER, M. The old and the new economic sociology: A history and an agenda. In: FRIEDLAND, R.; ROBERTSON, A. F. (Eds.). *Beyond the marketplace: Rethinking economy and society*. New York: Aldine de Gruyter, 1990. p. 89–112.

GRANOVETTER, M. A theoretical agenda for economic sociology. In: GUILLÉN, M. F.; COLLINS, R.; ENGLAND, P.; MEYER, M. (Eds.). *The new economic sociology: Developments in an emerging field*. New York: Russell Sage Foundation, 2002. p. 35–60.

GRAY, J. *False dawn: The delusions of global capitalism*. London: Granta, 1998.

GREGORY, D.; URRY, J. (Eds.). *Social relations and spatial structures*. Basingstoke: Macmillan, 1985.

GUILLÉN, M. F.; COLLINS, R.; ENGLAND, P.; MEYER, M. The revival of economic sociology. In: GUILLÉN, M. F.; COLLINS, R.; ENGLAND, P.; MEYER, M. (Eds.). *The new economic sociology: Developments in an emerging field*. New York: Russell Sage Foundation, 2002. p. 1–32.

HALL, P. A. The role of interests, institutions, and ideas in the comparative political economy of the industrialized nations. In: LICHBACH, M. I.; ZUCKERMAN, A. S. (Eds.). *Comparative politics: Rationality, culture, and structure*. New York: Cambridge University Press, 1997. p. 174–207.

HALL, P. A.; GINGERICH, D. A. Varieties of capitalism and institutional complementarities in the macroeconomy: An empirical analysis. Paper presented at the annual meeting of the American Political Science Association, San Francisco, 30 August, 2001.

HALL, P. A.; SOSKICE, D. An introduction to varieties of capitalism. In: HALL, P. A.; SOSKICE, D. (Eds.). *Varieties of capitalism*. Oxford: Oxford University Press, 2001. p. 1–68.

HANCKÉ, B. Varieties of capitalism revisited: Globalisation and comparative institutional advantage. *La Lettre de la Régulation*, v. 30, p. 1–4, 1999.

HARRISON, B. *Lean and mean: Why large corporations will continue to dominate the global economy*. New York: Guilford Press, 1997.

HENDERSON, J.; DICKEN, P.; HESS, M.; COE, N.; YEUNG, H. W.-C. Global production networks and the analysis of economic development. *Review of International Political Economy*, v. 9, p. 436–464, 2001.

HIRSCH, P.; MICHAELS, S.; FRIEDMAN, R. “Dirty hands” versus “clean models”: Is sociology in danger of being seduced by economics? *Theory and Society*, v. 16, p. 317–336, 1987.

HIRSHLEIFER, J. The expanding domain of economics. *American Economic Review*, v. 85, p. 53–68, 1985.

HODGSON, G. M. Economic sociology—Or econology? *Economic Sociology Editorial Series*. Available at: <http://www.gsm.uci.edu/econsoc/Hodgson.html>.

HODGSON, G. M. *The democratic economy: A new look at planning, markets and power*. Harmondsworth: Penguin, 1984.

HOLLINGSWORTH, J. R.; BOYER, R. (Eds.). *Contemporary capitalism: The embeddedness of institutions*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

INGHAM, G. Review essay: The “new economic sociology”. *Work, Employment and Society*, v. 10, p. 549–564, 1996.

INGHAM, G. Some recent changes in the relationship between economics and sociology. *Cambridge Journal of Economics*, v. 20, p. 243–275, 1996.

JESSOP, B. Narrating the future of the national economy and the national state? Remarks on re-mapping regulation and re-inventing governance. In: STEINMETZ, G. (Ed.). *State/culture*. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1999. p. 378–405.

JESSOP, B. The social embeddedness of the economy and its implications for economic governance. In: ADAMAN, F.; DEVINE, P. (Eds.). *Economy and society: Money, capitalism and transition*. Montreal: Black Rose Books, 2002. p. 192–222.

KEEN, S. Economists have no ears. In: FULLBROOK, E. (Ed.). *The crisis in economics*. London: Routledge, 2003. p. 74–76.

KELLY, P. F. The geographies and politics of globalization. *Progress in Human Geography*, v. 23, p. 359–400, 1999.

KODRAS, J. E. State, capital, and civil society in the battle over welfare reform: The contribution of geographic perspectives. *Urban Geography*, v. 22, p. 499–502, 2001.

KRIPPNER, G. R. The elusive market: Embeddedness and the paradigm of economic sociology. *Theory and Society*, v. 30, p. 775–810, 2001.

KRIPPNER, G.; GRANOVETTER, M.; BLOCK, F.; BIGGART, N.; BEAMISH, T.; HSING, Y.; ARRIGHI, G.; MENDELL, M.; HALL, J.; BURAWOY, M.; VOGEL, S.; O’RIAIN, S. Polanyi symposium: A conversation on embeddedness. *Socio-Economic Review*, v. 2, p. 109–135, 2004.

LARNER, W. Theorising neo-liberalism: Policy, ideology, governmentality. *Studies in Political Economy*, v. 63, p. 5–26, 2000.

LARNER, W.; LE HERON, R. From economic globalisation to globalising economic processes: Towards post-structuralist political economies. *Geoforum*, v. 33, p. 415–419, 2002.

LEE, R.; WILLS, J. (Eds.). *Geographies of economies*. London: Arnold, 1997.

LEITNER, H.; PAVLIK, C.; SHEPPARD, E. Networks, governance and the politics of scale: Inter-urban networks and the European Union. In: HEROD, A.; WRIGHT, M. (Eds.). *Geographies of power*. Oxford: Blackwell, 2002. p. 274–303.

LEYSHON, A.; THRIFT, N. *Money/space: Geographies of monetary transformation*. London: Routledge, 1997.

LIE, J. Embedding Polanyi's market society. *Sociological Perspectives*, v. 34, p. 219–235, 1991.

LIE, J. Visualizing the invisible hand: The social origins of market society in England, 1550–1750. *Politics and Society*, v. 21, p. 275–305, 1993.

LIE, J. The sociology of markets. *Annual Review of Sociology*, v. 23, p. 341–360, 1997.

MARKUSEN, A. Fuzzy concepts, scanty evidence, policy distance: The case for rigor and policy relevance in critical regional studies. *Regional Studies*, v. 33, p. 869–884, 1999.

MARKUSEN, A. Two frontiers for regional science: Regional policy and interdisciplinary research. *Papers in Regional Science*, v. 81, p. 279–290, 2002.

MARTIN, R. L. The “new geographical turn” in economics: A critical survey. *Cambridge Journal of Economics*, v. 23, p. 65–91, 1999.

MARTIN, R. L. Geography and public policy: The case of the missing agenda. *Progress in Human Geography*, v. 25, p. 189–210, 2001.

MARTIN, R. L.; SUNLEY, P. Rethinking the “economic” in economic geography: Broadening our vision or losing our focus? *Antipode*, v. 33, p. 148–161, 2001.

MASSEY, D. *Spatial divisions of labour: Social structures and the geography of production*. Basingstoke: Macmillan, 1984.

MASSEY, D.; MEEGAN, R. *The anatomy of job loss: The how, why and where of employment decline*. London: Methuen, 1982.

MAYHEW, A. Diversity and the division of labor. *Economic Sociology Editorial Series*. Available at: <http://www.gsm.uci.edu/econsoc/Mayhew.html>.

MCCLOSKEY, D. Econowannabes. *Economic Sociology Editorial Series*. Available at: <http://www.gsm.uci.edu/econsoc/McCloskey.html>.

MCDOWELL, L. *Capital culture: Gender at work in the city*. Oxford: Blackwell, 1997.

MICHIE, J.; OUGHTON, C.; WILKINSON, F. Against the new economic imperialism: Some reflections. *American Journal of Economics and Sociology*, v. 61, p. 351–365, 2002.

MIROWSKI, P. *More heat than light*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

MIROWSKI, P. *Machine dreams: Economics becomes a cyborg science*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

MITCHELL, K. Flexible circulation in the Pacific Rim: Capitalists in cultural context. *Economic Geography*, v. 71, p. 364–382, 1995.

MITCHELL, K. Transnationalism, neo-liberalism, and the rise of the shadow state. *Economy and Society*, v. 30, p. 165–189, 2001.

MITCHELL, T. Fixing the economy. *Cultural Studies*, v. 12, p. 82–101, 1998.

NAIM, M. Fads and fashion in economic reforms: Washington consensus or Washington confusion? *Third World Quarterly*, v. 21, p. 505–528, 2000.———. 2001b. Practices for “process geographies”: A view from within and outside the periphery. *Environment and Planning D: Society and Space* 19:127–36.

OLDS, K.; YEUNG, H. W.-C. (1999). (Re)shaping Chinese business networks in a globalizing era. *Environment and Planning D: Society and Space*, 17, p. 535–555.

O’NEILL, P. M. (1997). Bringing the qualitative state into economic geography. In: R. LEE; J. WILLS (Eds.). *Geographies of economies*. London: Arnold, p. 290–301.

PARK, S. O. (1996). Networks and embeddedness in the dynamics of new industrial districts. *Progress in Human Geography*, 20, p. 476–493.

PARSONS, T. (1935a). Sociological elements in economic thought I. Historical. *Quarterly Journal of Economics*, 49, p. 414–453.

PARSONS, T. (1935b). Sociological elements in economic thought II. The analytical factor view. *Quarterly Journal of Economics*, 49, p. 646–667.

PECK, J. (2000). Doing regulation. In: G. L. CLARK; M. P. FELDMAN; M. S. GERTLER (Eds.). *The Oxford handbook of economic geography*. Oxford: Oxford University Press, p. 61–80.

PECK, J. (2002a). American recession. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 27, p. 131–135.

PECK, J. (2002b). Political economies of scale: Fast policy, interscalar relations, and neoliberal workfare. *Economic Geography*, 78, p. 331–360.

PECK, J. (2004). Geography and public policy: Constructions of neoliberalism. *Progress in Human Geography*, 28, p. 392–405.

PECK, J.; TICKELL, A. (2002). Neoliberalizing space. *Antipode*, 34, p. 380–404.

PICKLES, J.; SMITH, A. (Eds.). (1998). *Theorising transition: The political economy of post-communist transformations*. London: Routledge.

PIORE, M. J. (1996). Review of *The handbook of economic sociology*. *Journal of Economic Literature*, 34, p. 741–754.

PODOLNY, J. M.; PAGE, K. L. (1998). Network forms of organization. *Annual Review of Sociology*, 24, p. 57–76.

POLANYI, K. (1944). *The great transformation: The political and economic origins of our time*. Boston: Beacon Press.

POLANYI, K. (1957). The economy as instituted process. In: K. POLANYI; C. M. ARENSBERG; H. W. PEARSON (Eds.). *Trade and market in the early empires: Economies in history and theory*. New York: Free Press, p. 243–270.

POLANYI, K. (1977). *The livelihood of man*. Ed. H. Pearson. New York: Academic Press.

POWELL, W. W. (1990). Neither market nor hierarchy: Network forms of organization. In: B. M. STRAW; L. L. CUMMINGS (Eds.). *Research in organizational behavior*, v. 12, p. 295–336. Greenwich, Conn.: JAI Press.

POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. (1991). *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago: University of Chicago Press.

POWELL, W. W.; SMITH-DOERR, L. (1994). Networks and economic life. In: N. J. SMELSER; R. SWEDBERG (Eds.). *The handbook of economic sociology*. Princeton, N.J. and New York: Princeton University Press and Russell Sage Foundation, p. 368–402.

PYKE, F.; BECATTINI, G.; SENGENBERGER, W. (Eds.). (1990). *Industrial districts and inter-firm cooperation in Italy*. Geneva: International Labour Office.

RADICE, H. (1984). The national economy: A Keynesian myth? *Capital and Class*, 22, p. 111–140.

RICHTER, R. (2001). *New economic sociology and new institutional economics*. Paper presented at the annual conference of the International Society for New Institutional Economics, Berkeley, Calif., 14 September.

SAHLINS, M. (1972). *Stone age economics*. Chicago: Aldine.

SAXENIAN, A. (1994). *Regional advantage: Culture and competition in Silicon Valley and Route 128*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

SAXENIAN, A. (2001). Inside-out: Regional networks and industrial adaptation in Silicon Valley and Route 128. In: M. GRANOVETTER; R. SWEDBERG (Eds.). *The sociology of economic life*. New York: Westview Press, p. 357–375.

SAYER, A. (2002). Markets, embeddedness and trust: Problems of polysemy and idealism. In: S. METCALFE; A. WARDE (Eds.). *Market relations and the competitive process*. Manchester, U.K.: Manchester University Press, p. 41–57.

SCHOENBERGER, E. (1997). *The cultural crisis of the firm*. Oxford, U.K.: Blackwell.

SCOTT, A. J.; STORPER, M. (Eds.). (1986). *Production, work, territory: The geographical anatomy of industrial capitalism*. Winchester, Mass.: Allen and Unwin.

SHEPPARD, E. (2000). Competition in space and between places. In: E. SHEPPARD; T. J. BARNES (Eds.). *A companion to economic geography*. Oxford, U.K.: Blackwell, p. 169–186.

SHEPPARD, E. (2002). From Manchester to Geneva: The free trade doctrine and the geography of knowledge. Paper presented at the “Knowledge and Space” conference, Heidelberg, Germany.

SHEPPARD, E.; BARNES, T. J.; PECK, J.; TICKELL, A. (2003). Introduction: Reading economic geography. In: T. J. BARNES; J. PECK; E. SHEPPARD; A. TICKELL (Eds.). *Reading economic geography*. Oxford, U.K.: Blackwell, p. 1–9.

SILVER, B. J.; ARRIGHI, G. (2003). Polanyi’s “double movement”: The belle époques of British and U.S. hegemony compared. *Politics and Society*, 31, p. 325–355.

SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R. (1994). The sociological perspective on the economy. In: N. J. SMELSER; R. SWEDBERG (Eds.). *The handbook of economic sociology*. Princeton, N.J. and New York: Princeton University Press and Russell Sage Foundation, p. 3–26.

SMITH, A.; RAINNIE, A.; DUNFORD, M.; HARDY, J.; HUDSON, R.; SADLER, D. (2003). Networks of value, commodities and regions: Reworking divisions of labour in macrorregional economies. *Progress in Human Geography*, 26, p. 41–63.

SMITH, C. (1989). *Auctions: The social construction of value*. Berkeley: University of California Press.

SOMERS, M. (2001). Romancing the market, reviling the state: Historicizing liberalism, privatization, and competing claims to civil society. In: C. CROUCH; K. EDER; D. TAMBINI (Eds.). *Citizenship, markets, and the state*. Oxford, U.K.: Oxford University Press, p. 23–48.

SOSKICE, D. (1999). Divergent production regimes: Coordinated and uncoordinated market economies in the 1980s and 1990s. In: H. KITSCHOLT; P. LANGE; G. MARKS (Eds.). *Continuity and change in contemporary capitalism*. New York: Cambridge University Press, p. 101–134.

STARK, D. (1996). Recombinant property and East European capitalism. *American Journal of Sociology*, 101, p. 993–1027.

STARK, D. (2000). For a sociology of worth. Working paper. New York: Center on Organizational Innovation, ColumbiaStark, D., and Bruszt, L. 1998. *Postsocialist pathways: Transforming politics and property in East Central Europe*. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press.

STARK, D.; BRUSZT, L. (1998). *Postsocialist pathways: Transforming politics and property in East Central Europe*. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press.

STARK, D. (2001). One way or multiple paths: for a comparative sociology of East European capitalism. *American Journal of Sociology*, 106, p. 1129–1137.

STORPER, M. (1997). *The regional world*. New York: Guilford Press.

STORPER, M.; SCOTT, A. J., eds. (1992). *Pathways to industrialization and regional development*. London: Routledge.

SUNLEY, P. (1996). Context in economic geography: The relevance of pragmatism. *Progress in Human Geography*, 20, p. 338–355.

SWEDBERG, R. (1990). *Economics and sociology*. Princeton, N.J.: Princeton University Press.

SWEDBERG, R. (1991). Major traditions of economic sociology. *Annual Review of Sociology*, 17, p. 251–276.

SWEDBERG, R. (1997). New economic sociology: What has been accomplished, what is ahead? *Acta Sociologica*, 40, p. 161–182.

SWEDBERG, R. (2004). On the present state of economic sociology (1990s). *Economic Sociology—European Economic Newsletter*, 5, p. 1–9.

SWEDBERG, R.; GRANOVETTER, M. (1992). Introduction. In: *The sociology of economic life*, ed. M. Granovetter and R. Swedberg, p. 1–18. Boulder, Colo.: Westview Press.

SWEDBERG, R.; GRANOVETTER, M. (2001). Introduction to the second edition. In: *The sociology of economic life*, ed. M. Granovetter and R. Swedberg, p. 1–28. Boulder, Colo.: Westview Press.

SWEDBERG, R.; HIMMELSTRAND, U.; BRULIN, G. (1987). The paradigm of economic sociology: Premises and promises. *Theory and Society*, 16, p. 169–214.

SWYNGEDOUW, E. (2000). Authoritarian governance, power, and the politics of rescaling. *Environment and Planning D: Society and Space*, 18, p. 63–76.

TABB, W. (1999). *Reconstructing political economy: The great divide in economic thought*. London: Routledge.

TAYLOR, M.; ASHEIM, B. (2001). The concept of the firm in economic geography. *Economic Geography*, 77, p. 315–328.

THRIFT, N. J. (2001). "It's the romance, not the finance, that makes the business worth pursuing": Disclosing a new market culture. *Economy and Society*, 30, p. 412–432.

TICKELL, A.; PECK, J. (2003). Making global rules: Globalisation or neoliberalisation? In: *Remaking the global economy: Economic-geographical perspectives*, ed. J. Peck and H. Yeung, p. 163–181. London: Sage.

TRIGLIA, C. (2002). *Economic sociology: State, market, and society in modern capitalism*. Oxford, U.K.: Blackwell.

UZZI, B. (1996). The sources and consequences of embeddedness for the economic performance of organizations: The network effect. *American Sociological Review*, 61, p. 674–698.

VELTHUIS, O. (1999). The changing relationship between economic sociology and institutional economics: From Talcott Parsons to Mark Granovetter. *American Journal of Economics and Sociology*, 58, p. 629–649.

WADE, R.; VENEROSO, F. (1998). The Asian crisis: The high debt model versus the Wall Street–Treasury–IMF complex. *New Left Review*, 228, p. 3–22.

WALKER, R. A. (2001). California's golden road to riches: Natural resources and regional capitalism, 1848–1940. *Annals of the Association of American Geographers*, 91, p. 167–199.

WHITFORD, J. (2001). The decline of a model? Challenge and response in the Italian industrial districts? *Economy and Society*, 30, p. 38–65.

WHITLEY, R. (1999). *Divergent capitalisms*. Oxford U.K.: Oxford University Press.

WILLIAMSON, O. E. (1975). *Markets and hierarchies*. New York: Free Press.

WILLIAMSON, O. E. (1994). Transaction cost economics and organization theory. In: *The handbook of economic sociology*, ed. N. J. Smelser and R. Swedberg, p. 77–107. Princeton, N.J., and New York: Princeton University Press and Russell Sage Foundation.

WILLS, J. (2002). Political economy III: Neoliberal chickens, Seattle and geography. *Progress in Human Geography*, 26, p. 90–100.

WRIGHT, M. (1999). The politics of relocation: Gender, nationality and value in the maquiladoras. *Environment and Planning A*, 30, p. 1601–1617.

YEUNG, H. W.-C. (2000a). Organising "the firm" in industrial geography I: Networks, institutions and regional development. *Progress in Human Geography*, 24, p. 301–315.

YEUNG, H. W.-C. (2000b). The dynamics of Asian business systems in a globalising era. *Review of International Political Economy*, 7, p. 399–433.

YEUNG, H. W.-C. (2003). Practicing new economic geographies: A methodological examination. *Annals of the Association of American Geographers*, 93, p. 442–462.

ZAFIROVSKI, M. (1999). Economic sociology in retrospect and prospect: In search of its identity within economics and sociology. *American Journal of Economics and Sociology*, 58, p. 583–627.

ZELIZER, V. A. (1994). *The social meaning of money*. New York: Basic Books.

ZELIZER, V. A. (2002). Enter culture. In: *The new economic sociology: Developments in an emerging field*, ed. M. F. Guillén, R. Collins, P. England, and M. Meyer, p. 101–125. New York: Russell Sage Foundation.